

## O governo contra-ataca

*Lula toma iniciativas para derrotar a ofensiva dos conservadores contra as mudanças*

Foi uma ação rápida e surpreendente para os opositoristas. O governo opôs uma barreira contra aqueles que, a pretexto de atos ilícitos do ex-assessor de José Dirceu, Waldomiro Diniz, no ano de 2002, quando era presidente da Loterj, no Rio de Janeiro, voltam suas baterias contra os que, no governo, defendem as mudanças.

Numa ação hipócrita, líderes do PSDB, como os senadores Antero Paes de Barros e Arthur Virgílio pedem a cabeça do ministro cuja ação é fundamental para o fortalecimento do governo e de seu programa de mudanças. E, como lembrou a filósofa Marilena Chauí, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, esquecem-se do passado. De seu próprio governo, os oito anos do tucanato de Fernando Henrique Cardoso, marcado por escândalos e durante o qual houve mesmo quem — luminar daquele campo ético — teve a duvidosa coragem de defender a tese de que a política é imoral, ainda mais em um sistema eleitoral como o nosso, que levaria a desvios de comportamento.

Na oposição, não manifestam tolerância semelhante — nem devem. Mesmo porque o governo atual também não tem essa tolerância descabida, como o presidente Lula mostrou no mesmo dia da publicação das denúncias contra Waldomiro, demitindo-o e mandando o caso para a polícia.



Dirceu (ao microfone) é alvo do ataque da oposição direitista

A questão, neste episódio, não é essa: o alvo dos expoentes tucanos é mais concreto do que declaram. O objetivo de sua manobra, na verdade, é enfraquecer aqueles que, no governo, buscam as mudanças. Em vão: na reunião do governo, na quarta-feira de

Cinzas, ficou claro que o pretendido afastamento do ministro José Dirceu está fora de cogitação. Gol contra a manobra. Mais ainda, Lula e seus ministros definiram uma agenda política positiva, com um pacote de medidas sociais anunciado no dia 26. E tam-

bém o envio à Câmara dos Deputados e ao Senado de iniciativas que contemplam, entre outros itens, a reforma política, para enfrentar o cerne do problema com a implantação do financiamento público das campanhas eleitorais. Outro gol contra a manobra conservadora. E a nação espera do governo o gol de placa que marque a vitória das mudanças e derrote, de vez, as viúvas do neoliberalismo — a implantação imediata de medidas que tragam o desenvolvimento e empregos para os brasileiros, fortaleçam a democracia e a soberania do país.

### VOTE VERMELHO

O portal Vermelho precisa de seu voto para passar para a fase decisiva do prêmio iBest 2004. Basta clicar os botões de votação na página inicial do portal. Acesse agora mesmo: [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br) e vote! Se tiver dúvidas, ligue: 11 3054-1800 e fale com Cláudio ou Toni.

#### EDITORIAL

## PCdoB rechaça campanha da oposição para desestabilizar o governo

Aos últimos dias, tendo como móvel o escândalo Waldomiro Diniz e a pretexto de defender a ética, a oposição conservadora intensificou seu ataque político ao governo Lula. Esta ação corrosiva se realiza ao intermédio de uma hipócrita campanha moralista cujo verdadeiro intento é imobilizar e desestabilizar o governo.

Tão logo surgiram as denúncias contra o ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, o governo demitiu o acusado e determinou à Polícia Federal a abertura de inquérito policial para rigorosa apuração dos fatos. O ministro Aldo Rebelo, da Coordenação Política e Assuntos Institucionais, ainda instituiu uma comissão para rastrear possíveis atos ilícitos de Waldomiro quando do exercício de suas funções. Por outro lado, tanto a Procuradoria-Geral da União quanto o Ministério Público Federal, no exercício de todas as suas prerrogativas, já estão livremente investigando o episódio.

Esta pronta reação do Palácio do Planalto em face de um fato grave desmascara a manobra oposicionista de manipular o episódio e fomentar uma crise de governo. Como ficou claro, a Presidência da República prontamente agiu e continua a agir em defesa da lisura, do combate à corrupção e da punição dos responsáveis.

A manipulação do bloco oposicionista

fica patente na proposta de instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). No geral não se nega o papel deste instrumento para o Congresso Nacional cumprir seu papel e suas tarefas. Contudo, no caso em exame, o objetivo não é apurar a denúncia nem elucidar responsabilidades. A oposição, de modo irresponsável e antipatriótico, pretende com este expediente arrastar o país para a instabilidade, imobilizando o governo numa investigação redundante e sem fim. Nesse contexto, o Partido Comunista do Brasil a ela se opõe e alerta as forças democráticas para os prejuízos que tal CPI causaria aos interesses do país.

Ao buscar debilitar e desestabilizar o governo, a oposição procura atingir o seu núcleo de comando político. Por isso, os alvos privilegiados são as lideranças que têm se destacado no grande esforço de tornar realidade o compromisso do presidente Lula de mudar o Brasil. Em virtude disso é que se explica o ataque cerrado ao Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Justamente, pelo destacado papel de Dirceu no sentido de o governo sagrar-se vitorioso com a implementação de um novo modelo desenvolvimento, com geração de emprego e distribuição de renda, é que, ardilosamente, lideranças do campo neoliberal e veículos de comunicação a seu serviço estão a exi-

gir o seu afastamento da Casa Civil. Trata-se de uma proposta descabida cujo objetivo é desmantelar o comando político do governo; dele se excluindo, precisamente, uma liderança leal ao presidente Lula e ao programa de mudança.

É necessário destacar, quando várias personalidades do PSDB e PFL, agora, apresentam-se como guardiães da ética, que a nação não se esqueceu da lista interminável de escândalos de corrupção que maculam os dois governos de FHC.

O acirramento da luta política no país e a agressividade com que passou a atuar a oposição têm motivações, todavia, que vão além do chamado escândalo Waldomiro Diniz. A posse do governo Lula desalojou do poder forças políticas que, ao longo dos anos 90, a década neoliberal, beneficiaram-se com ganhos fabulosos — ganhos estes que, a todo custo, buscam manter. Logo após a derrota de 2002 ficaram por alguns meses se refazendo do fracasso.

Hoje, já refeitas, reaglutinaram-se e, por representar os interesses de poderosos setores financeiros e econômicos do país e do exterior, têm razoável poder de fogo. Por isso é um erro grave subestimá-las ou se intimidar ante sua investida.

Essa oposição tem uma única obsessão: o fracasso do governo. Dessa natureza, ela é uma tenebrosa constatação que ele con-

tinua a representar, para amplas camadas da nação, a esperança de um Brasil soberano, democrático e socialmente justo.

Este diagnóstico se torna ainda mais aterrador aos que tudo fazem pela derrota do governo Lula e ao programa de mudança. Este diagnóstico se torna ainda mais aterrador aos que tudo fazem pela derrota do governo Lula nas eleições de outubro próximo. No período anterior, o conservadorismo neoliberal não vacilou em usar as armas mais sujas para se manter no poder. Agora as utiliza para tentar obter um resultado satisfatório em 2004 e tentar a ele retornar em 2006.

Pelo exposto, o Partido Comunista do Brasil, por ter a convicção de que o governo Lula, apesar de dilemas e dificuldades, é a grande esperança da nação para o país conhecer uma nova e promissora etapa de sua história e por entender que a Presidência da República resolutamente adotou as medidas cabíveis para esclarecer e punir os implicados no já citado escândalo, rechaça este ataque da oposição conservadora para desestabilizar e imobilizar o governo. E conclama as forças políticas e sociais comprometidas com o êxito do governo a empreender sua defesa e impulsioná-lo a realizar as mudanças.



PCdoB

CARTAS

# Recife inaugura 'Escola Municipal João Amazonas'

*Para o prefeito João Paulo, de Recife, João Amazonas é o maior líder comunista da história do Brasil*

Ao som do frevo e sob o calor de discursos emocionados, foi inaugurada dia 17, no Recife, a Escola Municipal João Amazonas — concretizando projeto de lei de autoria do vereador Dílson Peixoto, do PT, aprovado por unanimidade na Câmara dos Vereadores e sancionado pelo prefeito João Paulo. A escola atenderá crianças do primeiro grau menor no populoso bairro de Dois Unidos, na zona norte da cidade.

Além do prefeito João Paulo, do vice-prefeito Luciano Siqueira e da prefeita de Olinda, Luciana Santos, a solenidade contou a presença de vereadores, secretários municipais, lideranças políticas, sindicais, comunitárias, dirigentes e militantes do PCdoB, do PT e de outras agremiações partidárias democráticas.

A trajetória de mais de seis décadas de militância em defesa da liberdade e do socialismo foi destacada pelo presidente estadual do PCdoB, Alanir Cardoso, pela prefeita de Olinda, Luciana Santos e pelo vereador Paulo Dantas, líder da bancada comunista na Câmara Municipal. Alanir Cardoso — que na ocasião presenteou a diretora da escola, professora Almira Xavier, com exemplares de livros e separatas de artigos e um banner com o retrato do líder comunista — destacou a fusão da teoria marxista com a experiência de



Alanir, João Paulo, Almira e Luciano descerram placa "Escola Municipal João Amazonas"

luta concreta como marca da contribuição de Amazonas à luta emancipadora em nosso País. Luciana Santos e Paulo Dantas, por seu turno, acentuaram o papel de Amazonas na construção da linha política ampla e unitária que resultou na conquista da Presidência da República pela coligação constituída em torno de Luiz Inácio Lula da Silva.

O prefeito João Paulo, em seu pronunciamento, chamou atenção para o nome do bairro onde se situa a escola — Dois Unidos —, sublinhan-

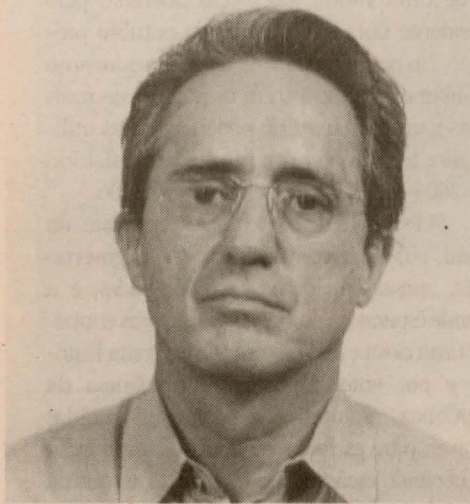
do a palavra "unidos" para dizer que essa coincidência simboliza o modo como Amazonas sempre se comportou em relação às forças populares: batalhando para uni-las em defesa do Brasil e dos interesses fundamentais do povo. Para ele, "João Amazonas é o maior líder comunista da história do Brasil".

Ao dar o nome do velho comunista — ex-deputado constituinte de 1946, principal dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) do início dos anos sessenta até o seu falecimento, em 2002, aos 91 anos de idade e 68 de militância — o prefeito João Paulo (PT) dá seqüência a todo um cortejo de homenagens a combatentes da luta do povo que marcaram, com destaque, sua presença em nossa história.

**Ao dar o nome de João Amazonas à escola, a prefeitura de Recife dá seqüência a um cortejo de homenagens a lutadores do povo que marcaram nossa história**

## Aldo Arantes assume presidência do PCdoB em Goiás

*Ele quer fazer o PCdoB crescer, fortalecer as esquerdas e jogar papel decisivo na eleição deste ano*



Aldo Arantes

"Queremos fazer com que o PCdoB em Goiás também passe pelo mesmo processo de crescimento que tem sido visto em todo o País" — foi com esta disposição que o ex-deputado federal Aldo Arantes foi eleito presidente do PCdoB de Goiás, no dia 8 de fevereiro. "Queremos fortalecer as esquerdas e jogar papel decisivo no processo eleitoral deste ano", disse ele.

Aldo Arantes destacou que o crescimento significativo do PCdoB, em todo o país, resulta de sua compatibilidade com o desejo dos brasileiros e capacidade de inserção ao projeto do Governo Lula. O ex-presidente Marcos Araújo passou a ser o vice-presidente do partido em Goiás.

Advogado, Aldo Arantes, 63 anos, começou sua trajetória política na UNE, da qual foi presidente em 1961. Foi fundador da Ação Popular (AP), sendo um de seus dirigentes até a incorporação ao Partido Comunista do Brasil em 1972, quando ele ingressou no PCdoB. Sua destacada luta política pela democracia acabou levando-o à prisão em 1976 — quando foi preso na Chacina da Lapa —, sendo libertado apenas com a Anistia, em 1979.

Aldo foi vereador em Goiânia entre 1993 e 1994, deputado federal por Goiás entre 1983 e 1986, 1987 a 1990, 1995 a 1998 e entre 2001 e 2002. Ele é integrante do Comitê Central do Partido desde 1972, sendo membro efetivo desde 1988.

**O ano de 1962 é uma data** épica para o proletariado brasileiro. Firmou-se definitivamente no movimento revolucionário uma organização marxista-leninista que vem sabendo conhecer da história, retirar lições e avançar com sabedoria e contemporaneidade sobre as complexas veredas da transformação social em nosso país. Valtécio Brandão — Campina Grande/PB

**Lembro-me que o atual** ministro da Educação participou, como analista, da elaboração de uma edição do *Manifesto Comunista*, onde Marx e Engels traçam as linhas mestras de uma sociedade mais justa e solidária. Acredito que justiça e solidariedade só se materializam num agrupamento de seres humanos conscientes dos reais problemas sociais; penso que o ministro não desconhece a problemática da Educação em nosso país, mas externaliza a opinião de setores que não estão "nem aí" para Educação. Ramires Fonseca Silva — Salvador/BA

**Reduzir a maioria penal** é mais uma medida paliativa que não atinge o problema da violência em sua raiz. O Estatuto da Criança e Adolescente não é devidamente cumprido no tocante às punições de menores infratores. Tem que haver maior respeito aos direitos previstos pela Constituição, além de Políticas Públicas para Juventude. Camilla Lumatti — Recife/PE

**A finalidade da universidade** também deve estar a serviço da preservação cultural, dando assistência e consistência aos movimentos sociais. A universidade deve ser vista como fonte cultural e não somente para atender demanda de necessidade de mercado capitalista. José Luiz da Silveira Ballock — João Pessoa/PB

**É necessário que os comunistas** aprofundem o debate em torno das problemáticas que envolvem o tema "religião". Ainda mais no Brasil, país que tem sua cultura e seu povo fortemente marcados pelo catolicismo. Fica uma dica de leitura. *Concepção Dialética da História*, de Antonio Gramsci. Diego Vivian — Rio Grande/RS

**Como estudante de uma universidade** pública e oriundo das camadas populares estou revoltado com a posposta do ministro de educação, Tarso Genro, sobre o subsídio de vagas em universidades particulares. A UNE deve propor ao atual ministro o aumento de vagas nas universidades públicas, construção de novos campi, melhoria na qualidade de ensino, mais verbas para a educação. Joselito Alves Martins — Ilhéus/BA

### AGENDA

#### Março

#### 1 a 14/03

Plenárias massivas de militantes sociais nos estados, convocadas pela CMS.

#### 5 a 7

1º Encontro Nacional sobre Questões de Partido (Brasília — DF)

#### 7

Ativo nacional finanças (Comitê Central — SP)

EMPRESA JORNALÍSTICA FUNDADA EM 1925 PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

# A Classe Operária



Jornalista responsável Pedro de Oliveira (MTB 9813SP), Edição - José Carlos Ruy - Carlos Pompe

Edvar Bonotto - Remy Feres - Diagramação - Marco Godoy -

Administração - Fabrício de Andrade - Wilmarzo

Alameda Sarutaiá 185 - Jardim Paulista, São Paulo, SP, CEP 01203-010, Tel. 11-2054 1800

classe@pcdob.org.br - www.vermelho.org.br/classe

**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



## CASO WALDOMIRO DINIZ

# Ataque a José Dirceu visa 'domesticar' o governo

A "descoberta" de atos ilícitos de Waldomiro Diniz é pretexto para barrar a agenda política mudancista

JOSÉ CARLOS RUY

Olvo aparente: o ex-subchefe de Assunto Parlamentares da Presidência da República, Waldomiro Diniz. Objetivo aparente: a moralidade pública. Mas as aparências enganam, e mal ocultam o verdadeiro objetivo do alarde feito pela oposição em torno da denúncia feita pela revista *Época* (18/2/04): forçar a mudança na pauta do governo.

Os fatos são graves, mas não justificam o escândalo feito pela oposição conservadora, principalmente pelos senadores Antero Paes de Barros (PSDB/MT) e Arthur Virgílio (PSDB/AM) que — como que desempenhando um roteiro previamente determinado — passaram a pedir a cabeça do ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, este sim o verdadeiro alvo do ataque.

Durante o duplo mandato de Fernando Henrique Cardoso — do qual aqueles senadores são paladinos — escândalos muito maiores foram tratados desdenhosamente como nhem-nhem-nhem, em acentuado contraste com a atitude do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que demitiu o assessor pego em delito no mesmo dia da denúncia e mandou a Polícia Federal apurar o caso. E, na seqüência, ao ficar claro que haviam ilegalidades nos bingos e envolvimento entre o jogo, empresas e executivos ligados a atividades

suspeitas, teve uma atitude inusitada para os padrões normais da política como tem sido praticada pelas classes dominantes brasileiras: simplesmente proibiu o funcionamento dos bingos e de máquinas caça-níqueis, em todo o país. Demonstrando transparência e seriedade, o governo remeteu a regulamentação dessas atividades para quem de direito, a Câmara dos Deputados, a quem cabe estabelecer a legislação pertinente. E, ao mesmo tempo, acena com a nacionalização dos bingos, como ocorre tradicionalmente com outra forma de jogo, as loterias. O objetivo da oposição, de criar uma CPI do Bingo voltada contra o governo ficou, assim, prejudicado.

O executivo fez o que lhe coube, com firmeza e ousadia, num jogo em que a oposição conservadora ataca para desgastar o governo de Lula, o campo progressista, democrático e nacionalista, e principalmente um personagem chave do processo de mudanças em curso no país, o ministro José Dirceu. Isso num momento em que, lembra o economista



José Dirceu e Lula, parceiros da mudança

Paulo Nogueira Batista Jr, em artigo na *Folha de S. Paulo* (26/2/04), em que o cenário era dominado por dois temas: de um lado, o fortalecimento do governo, entre outras coisas com a atração do PMDB, na qual José Dirceu teve um papel decisivo; o alarde oposicionista chegou a falar, lembra o economista, em "mexicanização" da política brasileira. Além disso, cresciam as críticas ao ministério da Fazenda e ao Banco Central. E Paulo Nogueira vai ao alvo: o objetivo é "fortalecer a área econômica" e domesticar definitivamente

te o governo Lula, isto é, subordiná-lo "à defesa do *status quo* e à agenda dos interesses estabelecidos", já bastante avançada graças "fundamentalmente à atuação da Fazenda e do Banco Central".

Nesse quadro, a "descoberta" da atividade ilícita de Waldomiro deu o pretexto, para a oposição forçar a mudança da agenda política, fugindo do debate de um projeto nacional de desenvolvimento e trazendo a discussão para o rés do chão de acontecimentos mais pró-

prios do noticiário policial — e para onde o governo Lula os remeteu.

Depois das medidas do governo, a pauta da imprensa mudou e subiu ao primeiro plano o destino das casas de jogo. Embora isso não garanta ainda um desenvolvimento do caso de forma favorável ao governo, o fato é que, durante o carnaval, Lula retomou a iniciativa política e conseguiu deter a ofensiva direitista para mudar a agenda política, reafirmando a urgência do debate em torno de um novo projeto nacional de desenvolvimento.

## REFORMA UNIVERSITÁRIA

## UNE rejeita a "estatização" de vagas

"É privatização do espaço público", diz Gustavo Petta

GISELA MENDONÇA, DE BRASÍLIA\*

A pretensão do MEC de "aproveitar" vagas ociosas na rede privada de ensino superior deve criar grande polêmica. O presidente da UNE, Gustavo Petta, já avisou: a entidade não aceita subsidiar, com dinheiro público, as empresas privadas de educação. "Não aceitamos que recursos públicos, que poderiam ampliar as vagas em universidades públicas, inclusive com abertura de cursos noturnos, financiem a rede particular de ensino".

O ministro da Educação Tarso Genro apresentou a proposta no começo de fevereiro, em audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Disse que a idéia é aproveitar 25% das vagas para serem ocupadas por cotas sociais ou raciais, sem esclarecer porém como seria feita a remuneração ou a negociação para que a idéia fosse implantada. "Podem existir medidas paliativas, para atender o estudante que hoje não tem condições de se manter na universidade privada, devido às altas mensalidades. Mas o que democratiza o acesso à universidade é a ampliação de vagas nas universidades públicas", afirma o presidente da UNE.

Durante a audiência, Genro apontou as principais metas do MEC — consolidação e ampliação do projeto de alfabetização, com atenção para a qualidade e a integração com demais programas sociais do governo. Afirmou, ainda, que o governo vai propor a criação do Fundeb (Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Básico).

A segunda questão fundamental colocada foi a reforma universitária. O ministro foi taxativo: "Vamos fazer uma reforma para

que a universidade se vincule a um projeto nacional, e não para conseguir atestado de bom comportamento das agências internacionais". Prometeu um amplo debate com a sociedade, as entidades e as instituições universitárias e anunciou a criação, no MEC, de um grupo executivo para tratar da reforma, que será integrado pela presidente da Andifes, Wrana Panizzi e irá acompanhar os seminários e debates que acontecerem nas universidades e na sociedade, ouvirá personalidades e organizará debates regionais, que o ministro chamou de "miniconstituintes consultivas".

A proposta deve ser enviada ao Congresso até o final do ano. "As questões consensuais ou majoritárias", disse Tarso Genro, serão encaminhadas antes, em forma de projeto. "Quanto às questões mais complexas, sobre as quais não exista consenso, o governo tomará uma decisão e encaminhará o debate", afirmou.

Genro reconheceu a redução de verbas para a universidade pública, mas não deixou claro como ela será resolvida. "O governo defende a universidade pública e gratuita, mas temos que discutir novos padrões de financiamento para o ensino superior", disse.

Para a UNE, o financiamento é a questão chave. "Temos que partir do princípio de que o papel do Estado é fundamental para manter e ampliar a rede pública de ensino superior. Preocupamos-nos quando se aponta a saída para a universidade via formas alternativas de financiamento. Isso não é saída, é mais privatização do espaço público", polemiza Gustavo Petta.

\* Jornalista, ex-presidente da UNE

## GLOBALIZAÇÃO

## A OIT quer mudança contra o desemprego...

...e os males da "modernização" capitalista

A compreensão dos malefícios da globalização capitalista promovida pelos EUA — que o economista Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo chamou de *metástase* em entrevista à revista *Princípios*, nº 72 — dá sinais em gabinetes oficiais, como os escritórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma agência da ONU. No final de fevereiro, a OIT divulgou o relatório "Uma Globalização Justa: Criando Oportunidade para Todos", que resultou 26 diálogos realizados em mais de 20 países, desde 2002, envolvendo parlamentares, economistas e representantes de organizações não-governamentais, entre os quais o Prêmio Nobel de Economia Joseph Stiglitz, a ex-primeira-dama do Brasil, Ruth Cardoso, o ex-premiê italiano, Giuliano Amato, e o ex-presidente do Uruguai, Júlio Sanguinetti.

O relatório reconhece que há "desequilíbrios persistentes no atual funcionamento da economia global", "eticamente inaceitáveis e politicamente insustentáveis". Ela deixou de atender a aspirações simples, como "empregos decentes e um futuro melhor para seus filhos." O desemprego atingiu o número recorde de 185 milhões de trabalhadores, provocando o crescimento desenfreado da economia informal.

No entanto, os autores do relatório vêem na globalização um imenso "potencial para o bem" ao abrir "as portas para muitos benefícios", promovendo "sociedades abertas e

economias abertas e encorajado livre troca de bens, idéias e conhecimento".

Em relação ao Brasil, destaca a luta contra a fome, pela educação universal e por trabalho decente como itens essenciais "para contrabalançar os aspectos comerciais, financeiros e tecnológicos que dominavam até agora".

Outro estudo, da Universidade de Helsinque, na Finlândia, mostra que a demissão de funcionários — que, nestes tempos de "modernidade capitalista" — passou a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores em todo o mundo, piora a saúde dos colegas que permanecem no emprego.

O estudo, feito com funcionários do governo local, concluiu que quem trabalha em departamentos que sofreram grandes cortes têm o dobro de chances de morrer por doenças cardiovasculares. A pesquisa mostrou também que demissões em massa, superiores a 18% do quadro de funcionários, provocam um aumento no número de licenças médicas. O estudo, publicado no *British Medical Journal*, analisou 22.430 funcionários que mantiveram seus empregos durante a recessão entre 1991 e 1993 e mostrou que as doenças dos trabalhadores que não perderam o emprego resultam do aumento do estresse no ambiente de trabalho: os funcionários que permaneceram foram obrigados a realizar a mesma carga de trabalho, compartilhando com uma exigência maior e um quadro de insegurança quanto ao próprio emprego.

**Estudo finlandês mostra que demissões em massa pioram a saúde dos trabalhadores que não são demitidos**



# Buscar alianças e respeitar a diversidade brasileira

*A questão política é decisiva para que se adote um novo projeto; ela precisa levar em conta os aspectos econômicos e sociais, na busca de desenvolvimento democrático*

RENATO RABELO\*

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva está no seu segundo ano — o que significa a metade de seu mandato. Para mudar os rumos do país, 4 anos é pouco, mas é o prazo estipulado pelas normas brasileiras, e é com ele que o governo tem de trabalhar. Com isso, o fator tempo passa a ser crucial para a administração federal, que deve sinalizar para um novo projeto de país, e não apenas responder às questões urgentes impostas pelo momento.

O Brasil vem amargando, desde 1980, situações difíceis, que aprofundam o fosso social e a dependência em relação às potências internacionais e estancam o nosso desenvolvimento econômico. O governo Lula foi eleito com o compromisso de, levando em conta a soberania, a democracia e a inclusão social, retomar o desenvolvimento nos níveis que o país requer. Estudo do banco Goldman Sachs indica que Brasil, Rússia, Índia e China (denominados "BRICs") poderão "alcançar Produto Interno Bruto (PIB) superior ao do grupo dos seis países mais ricos (G-6), formado por Estados Unidos, Japão, Grã-Bretanha, França, Alemanha e Itália". O documento, chamado "BRICs: o Caminho para 2050", destaca que, em 2025, a economia desses países poderá representar 50% da do G-6 em dólares, contra menos de 15% atualmente. As projeções "supõem que o grupo BRICs mantenha políticas e desenvolva instituições que sustentem o crescimento", adverte o Goldman Sachs. Neste aspecto, é importante salientar que as políticas brasileiras adotadas a partir dos anos 80 não conseguiram implementar um projeto de desenvolvimento duradouro nas novas condições.



Renato: entender a complexidade de nosso contexto social e político

O grande desafio é adotar nova orientação, novo projeto. Para isso, a questão política é decisiva: uma escolha política que leve em conta os aspectos econômicos e sociais, para abrir um novo caminho de desenvolvimento democrático de nosso país.

A manutenção de uma política ortodoxa, conservadora, que vinha anteriormente sendo adotada, pode até ser justificada num momento de dificuldade, na busca de governabilidade para a nova administração. Mas agora o patamar mudou. Manter ou consolidar a orientação atualmente aplicada pode ser fatal ao êxito dos novos objetivos de mudança. Amplos setores sociais clamam por um novo direcionamento macroeconômico, que leve à retomada do desenvolvimento. A continuidade da política vigente, absolutizando o cumprimento de contratos escorchantes, mantendo superávits elevados ao mesmo tempo em que define metas de inflação muito baixas, como forma de controle ou de diminuição da relação dívida/PIB, não leva a um maior desenvolvimento, muito menos cria condições para um novo cami-

nho, como demonstra a realidade econômica da última década. Essa opção não apresentou resultados favoráveis, não tem diminuído a relação dívida/PIB, conforme indicam os números dos anos 90. As previsões para 2004 não são nada estimulantes, mantendo-se esta condução.

A austeridade fiscal e monetária é apresentada como norte supremo dos rumos da economia, mas essa tese tem um conteúdo verdadeiramente ideológico e não simplesmente "técnico", como querem vender as equipes do Ministério da Fazenda e Banco Central. Trata-se, ao fim e ao cabo, de alcançar credibilidade junto aos meios financeiros, tranquilizar o mercado, que é dominado pelo capital financeiro. Em última instância, é esse o objetivo — um argumento mais ideológico do que doutrinário.

Hoje, ter a política de desenvolvimento como centro da ação governamental, ampliar a produção com distribuição de renda e defesa da democracia, tem grande e amplo respaldo na sociedade. Isto não se contrapõe à estabilidade. O que está posto é se o determinante da equação econômica será o desenvolvimento ou será a austeridade fiscal. Objetivamente, nas atuais condições, se o Brasil não crescer, a dívida não irá diminuir. Com a austeridade fiscal imperante, o desenvolvimento não ocorre. Entrava os investimentos públicos e privados. Os que discor-

dam são desqualificados e o tecnicismo e o doutrinário encobrem a opção ideológica que é imposta à sociedade.

O desafio de construir uma nova orientação requer a formação de uma maioria política, que envolva o Congresso e ampla mobilização social. Neste sentido, requer um governo de coalizão. Por isso foi positiva a última reforma ministerial. O Brasil tem que unir forças políticas e sociais para atingir o objetivo do desenvolvimento com distribuição de riquezas, consolidação e ampliação da democracia. Para a união de amplas forças não se precisa de bipartidarismo. Nem o que vingou em alguns países da Europa ou nos EUA deve ser copiado pelos brasileiros.

Levar em conta a realidade brasileira significa contemplar a variedade e complexidade de nosso contexto social e político. Significa fazer alianças que levem em conta a formação de nosso povo, seu quadro partidário específico, suas tradições e anseios. A realidade brasileira é plural, e não pode

ser simplesmente definida por esquemas. A ditadura militar, por exemplo, já tentou impor o bipartidarismo ao país. Não obteve êxito. Foi derrotada pela força dos fatos. Mesmo nos dois partidos legalmente consentidos, formavam-se novas agremiações,

como "Arena 2", "MDB autêntico" etc.

O caminho das mudanças é o da união de amplas forças políticas e sociais, de governo de colisão, de mobilização social, do respeito à diversidade que caracteriza a sociedade brasileira.

\*presidente do Partido Comunista do Brasil, PCdoB

**A tese da austeridade fiscal e monetária é ideológica, e não simplesmente "técnica", como dizem os técnicos do Ministério da Fazenda e Banco Central**

PCdoB

## Santana do Acaraú tem prefeito comunista

*Ele assume a vaga do prefeito acusado de corrupção, cujo mandato foi cassado pela Câmara dos Vereadores*

Um longo processo chega ao fim, em Santana do Acaraú (CE), e o resultado é a posse de um prefeito comunista, Antônio de Pádua Arcanjo, empossado em 14 de fevereiro pela Câmara Municipal para substituir o prefeito José Aldeny Farias (PSDB), cassado por corrupção em votação com 11 votos favoráveis e uma abstenção. Arcanjo era o vice-prefeito, e ocupava o cargo desde 22 de novembro, quando Farias, alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), foi afastado, acusado de desvio de recurso público.

**O vereador Francisco Carneiro (PCdoB) sofreu um atentado a bala, e um tiro atingiu sua esposa, que morreu após 26 dias de internação. O prefeito cassado é acusado de ser o mandante**

A luta contra o prefeito afastado transbordou da Câmara dos Vereadores, e no dia 5 de novembro o vereador Francisco Carneiro (PCdoB), que presidiu uma comissão processante contra o prefeito afastado, foi alvo de pistoleiros. Um tiro atingiu sua esposa, a servidora pública Maria do Socorro Silveira da Silva, 58 anos, que morreu após 26 dias de internação. O prefeito cassado é acusado de ser o mandante do crime, e o caso está sendo investigado pelo Ministério Público do Estado.

Participaram da votação do dia 11 de fevereiro 12 vereadores, todos da oposição. Do total de 15 vereadores que integram a

Câmara, apenas três são aliados de Farias. Os três apresentaram atestados médicos e não foram votar. São cinco as denúncias investigadas contra Farias. Ele é acusado de contratar serviço de empresa fantasma, irregularidade na compra de uma ambulância e superfaturamento no contrato para a pintura de duas praças. Farias também teria realizado uma licitação fraudulenta, comprando combustível para a Prefeitura do posto de gasolina registrado no nome de sua esposa. A última denúncia é de desvio de verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Antes da CPI, Farias já havia sido afastado pela Câmara, também por denúncias de

irregularidade, em julho do ano passado. Mas a Justiça determinou o seu retorno 11 dias depois do afastamento.

Santana do Acaraú fica 230 quilômetros a oeste de Fortaleza, à margem do rio que lhe deu o nome, pertencendo à Microrregião de Pernambuco. O município tem 28 mil habitantes e vive da lavoura de algodão e da criação de gado, entre outras atividades agrícolas.



A primeira cidade cearense com prefeito comunista

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



## TELEVISÃO

# Conteúdo Brasil

*A Rede Globo reuniu 70 produtores para ouvir Ariano Suassuna e discutir a cultura e a televisão no Brasil*

JOSÉ CARLOS RUY

As questões da cultura e da identidade nacional estão mesmo em pauta. O PCdoB e o PT fizeram seus seminários de cultura em novembro de 2003, e agora a PUC/SP e a Rede Globo promoveram em São Paulo o seminário Conteúdo Brasil, no dia 12 de fevereiro, num cenário histórico, o Teatro da Universidade Católica de São Paulo, o famoso TUCA da luta contra a ditadura de 1964. Reuniu gente como Antônio Fagundes, Cacá Diegues, Eugênio Bucci, Hector Babenco, Hermano Vianna, Luiz Carlos Barreto, Marieta Severo, Paulo Rocco, Roberto Duailibi ou Zuenir Ventura - 70 artistas, intelectuais, publicitários, cineastas, escritores e editores - para discutir a "valorização da produção cultural brasileira".

A abertura coube a um totem da defesa da cultura brasileira, o escritor Ariano Suassuna, que animou o debate com sua famosa e brasileiríssima aula-espetá-

culo. Ele não se fez de rogado: "Fico me perguntando se virei paranóico mas parece claro que existe uma política de dominação por trás de tudo isso" disse, referindo-se à dominação cultural norte-americana no mundo globalizado. "Se, antes, os Estados Unidos mandavam porta-aviões para dominar um país, hoje basta mandar Michael Jackson ou Madonna". Por isso, disse, "é preciso compartilhar o destino de nosso país", afirmando-o "como uma nação verdadeira". E a mídia eletrônica - a televisão principalmente - tem um papel nesse combate.

O seminário foi dividido em cinco grupos

temáticos. O primeiro, mediado pelo assessor do ministério da Cultural, o comunista Manoel Rangel, debateu "O impacto da produção estrangeira no mercado cultural e na cultura brasileira". Os outros temas foram: "As diversas formas de expressão cultural e sua interdependência", mediado por Zelito Vianna; "Papel e limites do capital estrangeiro na produção cultural brasileira", mediado por Luiz Carlos Prestes Filho; "O impacto das novas tecnologias e a regulamentação da comunicação social e da cultural", mediado por Silvio Meira; finalmente, o grupo mediado por Gabriel Priolli debateu "A questão da qualidade na mídia e na cultura". Houve uma preocupação generalizada, nos grupos, com o papel da televisão na formação da identidade nacional, a necessidade de financiamento público para a produção cultural, o papel do Estado, a necessidade de regulação protetora do conteúdo nacional, e também temas de interesse para a

própria emissora, como a renovação em 2005 dos contratos do setor de telecomunicações e a necessidade de um padrão e de regras para a televisão digital brasileira.

O seminário ocorre num momento delicado para as televisão brasileira, e para a própria Globo cuja dívida, de 1 bilhão de dólares, deixa-a numa situação frágil para enfrentar ameaças externas (financeiras e tecnológicas) e a crescente concorrência de outras redes nacionais de televisão.

Externamente, os credores exigem participação acionária na Globo, em sua administração e, no limite, na fixação de sua pro-

**O seminário ocorre num momento delicado para a televisão brasileira e para a própria Globo, cuja dívida é de 1 bilhão de dólares**



Suassuna (à esquerda) Regina Casé, Antônio Fagundes e Cacá Diegues no Encontro da Globo

gramação. Além disso, grupos estrangeiros poderosos que controlam a tevê por assinatura, como a Sky (da qual a Globo é sócia), ou a DirectTV, querem veicular o sinal da Globo. Outra ameaça são as novas tecnologias que permitem veicular, através do celular, por exemplo, conteúdos televisivos. Tudo isso, teme a diretora global Marluce Dias, ameaça a própria existência da Globo.

Internamente, há uma grande simpatia pela Globo no BNDES e no governo, que valorizam o conteúdo nacional que ela veicula. Mas o uso do dinheiro público para ajudar a emissora do Jardim Botânico não será fácil: os grupos nacionais concorrentes exigem que ele seja usado apenas para novos investimentos, e não para pagar dívidas antigas.

É um cenário difícil, embora a Constituição de 1988 estabeleça regras, nem sempre cumpridas, para a comunicação social que, por exigirem a valorização da cultura nacional e regional, produção independente, respeito aos valores brasileiros, produção educativa, informativa e cultural, podem criar condições favoráveis para a Globo e as demais emissoras brasileiras. A defesa do conteúdo nacional já foi bandeira da Globo em outros momentos de ameaça a seus interesses empresariais. Em 2001, por exemplo, quando a DirectTV pleiteou no Cade o direito de incluir o sinal da Globo em sua programação, e a Globo conseguiu mobilizar parlamentares em sua defesa, na mídia e no Congresso.

A interlocução da Globo com a intel-

lectualidade brasileira não é nova, nem sua preocupação com o conteúdo nacional. Navegando nessas águas ela cresceu e se fortaleceu. Foi em seus estúdios que se definiu uma teledramaturgia brasileira de sucesso mundial, amparada em obras de autores de inequívoca preocupação com temas nacionais - e muitas vezes sociais - como Dias Gomes, Ferreira Gullar, Vianinha e outros do núcleo de criação da Globo. Outro traço da emissora é sua proverbial capacidade de adaptação a diferentes contextos políticos; ela foi a queridinha dos generais, durante a ditadura de 1964; depois, com algum atraso, aderiu à nova República; agora, desde o anúncio da vitória de Lula, em outubro de 2002, alinha-se com o novo governo.

O seminário de fevereiro reflete toda esta realidade complexa, emaranhada de interesses empresariais, dos produtores culturais e da afirmação da soberania nacional. Nele, a Globo precisa demonstrar que há um destino comum ligando-a aos produtores culturais brasileiros, embora relute em fazer concessões à sociedade e aos produtores culturais independentes. O cenário lá desenhado resume estas preocupações e aponta, contraditoriamente, para o caminho da defesa da cultura brasileira como instrumento fundamental - como concluiu o grupo 1 - "para assegurar a soberania e sustentar o desenvolvimento nacional". E que a Globo parece assumir como barreira para proteger seus próprios interesses.

## RELIGIÃO

## Volta ao passado

*No Rio de Janeiro, uma lei de Anthony Garotinho reintroduz o ensino religioso nas escolas públicas*

CARLOS POMPE

O resultado de um concurso público divulgado pelo Diário Oficial do Rio de Janeiro no dia 10 de fevereiro causa estranheza e preocupação. O concurso ocorreu em 18 municípios fluminenses para preencher vagas de professores de religião nas escolas públicas daquele Estado. Dos 3.154 candidatos, foram contratados 342 católicos, 132 evangélicos e 26 de outros credos. Pajés, pais de santo, mulás muçulmanos, monges budistas, dentre outros, ficaram de fora. O concurso resulta da Lei nº 3.459, de 14 de setembro de 2000, do então governador Anthony Garotinho (evangélico, como sua esposa e atual governadora, Rosinha). Os pregadores devem ser "credenciados pela autoridade religiosa competente", com "formação religiosa obtida em Instituição por ela mantida ou reconhecida"; o conteúdo das aulas "é atribuição específica das diversas autoridades religiosas". Já o pagamento desses doutrinadores "obedecerá aos mesmos

padrões remuneratórios de pessoal do quadro permanente do Magistério Público Estadual" e será arcado - claro - pelo Estado. Que, pela Constituição Federal de 1988, deve ser laico - isto é, não tem religião. A lei é de autoria do deputado católico Carlos Dias, do PPB, elaborada com o Conselho de Educação da Arquidiocese do Rio de Janeiro e com o bispo auxiliar dom Filipo Santoro.

A lei discrimina vários credos, além dos que não adotam religião ou as analisam cientificamente. Dom Filipo não escondeu seu entusiasmo com a medida: "Ora - citando um hipotético exemplo que envolve dois ilustres analistas do fenômeno religioso - Marx e Freud com certeza ganhariam um concurso público para o ensino religioso; mas, com pleno direito, as instituições religiosas negariam o mandato a quem tivesse o objetivo de destruir ou alterar uma determinada religião", disse a O Globo (3/11/2000) aquela autoridade religiosa aparentemente

saudosos dos tempos em que a religião mandava nas almas e também nos corpos, costumes e crenças de todas as pessoas.

O problema não é fluminense. No Estado de São Paulo, cujo governador é suspeito de simpatias pela organização católica de extrema direita Opus Dei, o ensino religioso foi instituído em 2002 como disciplina obrigatória nas escolas públicas do ensino fundamental, ficando disponível "às instituições religiosas das mais diversas orientações" horários para ensino confessional nas escolas. E, no Senado, corre o Projeto de Lei nº 43, de 2002, do ex-senador Artur da Távola (PSDB/RJ), que cria e regulamenta a profissão e a atividade de astrólogo - outra espécie de crença em forças sobrenaturais.

A questão é controversa e envolve os direitos democráticos fundamentais que exigem a separação entre Estado e religião. Mesmo defendendo o ensino religioso, Dora Incontri, pós-doutoranda da FEUSP e Alessandro César Bigheto, pedagogo, lembram que "a abolição da dimensão religiosa na escola laica não foi mera obra de alicus endurecidos, mas fruto da justa luta em defesa contra o domínio das consciências. A discriminação contra outras formas de crença que não

a sua ou mesmo contra os descrentes; a pressão do grupo para adotar determinadas idéias, práticas e comportamentos; a obrigatoriedade de se participar de ritos ou práticas religiosas da maioria; e acima de tudo, a permanente violência que as maiorias e as ortodoxias praticaram sobre as minorias e as heresias - tudo isso traumatizou de tal forma as consciências livres, que o tema do ensino religioso provoca fortes reações", dizem.

Recursos públicos não podem ser destinados à propaganda e apoio de opções que devem ser respeitadas e restritas aos indivíduos que as adotam, direito garantido pelo artigo 5º parágrafo VI da Constituição, que torna inviolável a "liberdade de consciência e de crença", assegura o livre exercício dos cultos religiosos e garante a proteção aos locais de culto. E é justamente para garantir essa liberdade de consciência e de crença que as precisam estar isentas interferências de opções partidárias ou religiosas. Daí a estranheza e preocupação com a proliferação de medidas legislativas de caráter omissivo quanto ao ensino religioso que, diz a Constituição, pertence ao foro íntimo de cada um.

**Em São Paulo, onde o governador é visto como simpatizante da Opus Dei, há lei semelhante. E no Senado tramita um projeto que regulamenta a profissão de astrólogo**



JOÃO AMAZONAS

# Uma festa singela, mas significativa

Comunista foi homenageada na posse de Renildo como líder da bancada do PCdoB na Câmara

O motivo era a posse de Renildo Calheiros como o novo líder da bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados. Mas a festa foi mesmo para a memória do dirigente comunista João Amazonas, no dia 11 de fevereiro, atraindo uma multidão de militantes, amigos, parlamentares, líderes partidários, embaixadores e representantes de entidades que lotaram a sala para uma cerimônia singela, o descerramento da foto de João Amazonas no gabinete da Liderança do PCdoB na Câmara. O anfitrião foi o deputado Inácio Arruda, que recebeu os convidados e, na solenidade, formalizou a passagem da liderança a Renildo Calheiros.

O exemplo de João Amazonas foi lembrado pela deputada Jandira Feghali, para quem "a homenagem que se pode prestar a uma pessoa de tamanha envergadura política é continuar sua luta contra as injustiças de nosso povo. Foi um personagem que ao



Homenagem a João Amazonas na Câmara Federal

longo de toda uma vida de 90 anos não pôde desfrutar do convívio de sua esposa e filhos; que abriu mão de uma vida pessoal tranqüila e estável, não tendo sequer conseguido visitar seu primeiro filho quando do seu nascimento; perseguido pela elite autoritária; cada vez mais comprometido com as lutas populares, com a luta pela liberdade e com a formulação teórica".

Além de Jandira Feghali, estavam presentes Agnelo Queiroz, ministro do Esporte; os deputados do PCdoB: Jamil Murad (SP); Alice Portugal (BA); Perpétua Almeida (AC); Daniel Almeida (BA); Vanessa Grazziotin (AM) e Sérgio Miranda (MG); o embaixador do Vietnã; representantes das embaixadas da China e de Cuba; Ronald Freitas, secretário de relações institucionais do Partido; Pedro de Oliveira, secretário de Comunicação do Partido; Javier Alfaya, deputado estadual da Bahia; Luiz Eduardo Greenhalgh (PT/SP), presidente da Comissão de Constituição e Justiça; Fabiana Costa, vice-presidente da UNE; Kátia Souto, presidente da União Brasileira de Mulheres; Péricles de Souza, presidente do PCdoB da Bahia; além de diversos representantes de entidades.

Já o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, viu na homenagem um conjunto de significados que vai além das fileiras comu-

nistas. "Estamos homenageando", disse, "um homem que extrapolou o PCdoB e mostrou para muitas gerações o seu apego, o seu compromisso e o seu sentimento de amor ao país. João Amazonas soube enfrentar ditaduras e momentos difíceis com ativez e coragem. O Brasil precisa reverenciar as pessoas do bem. Elas têm que prosperar e João Amazonas com suas elevadas idéias é um exemplo que temos a seguir".

Renato Rabelo lembrou os 67 anos ininterruptos de militância de João Amazonas, que foi o ideólogo do PCdoB e seu principal reorganizador em 1962: "Amazonas deu uma importante contribuição no debate da Constituinte de 1988. Todas as semanas estava em Brasília para debater com a bancada, na época liderada por Haroldo Lima", lembrou. O presidente do PCdoB destacou que a experiência da militância de Amazonas na clandestinidade, na semilegalidade e na legalidade contribuiu enormemente para fundamentar o debate que o Partido travou quando foi legalizado no governo Sarney.

## REFORMA POLÍTICA

### Efeito colateral

Financiamento público das campanhas acelerado

JOSÉ CARLOS RUY

Um efeito colateral da crise criada pela denúncia de atividades ilícitas do assessor legislativo Waldomiro Diniz poderá ser visto no dia 4 de março, na reunião convocada da Câmara dos Deputados para discutir regime de urgência para duas propostas da Comissão Especial da Reforma Política — os projetos de lei 2679/03 que cria o financiamento público de campanhas e o 1712/03, que altera o prazo de filiação partidária. Para João Paulo Cunha, essas propostas propiciam "uma revolução no nosso sistema eleitoral e no sistema partidário no Brasil".

O projeto que estabelece o financiamento público das campanhas eleitorais muda a forma do voto em deputados federais e estaduais e para vereadores, que tem sido nominal — os eleitores votam em listas partidárias. O projeto sobre filiação partidária exige que o candidato tenha se filiado ao partido um ano antes da eleição; no caso de troca de partido, o prazo de filiação aumenta para dois anos.

O ponto mais controverso da reforma — que ameaça restringir a liberdade partidária ao criar obstáculos à existência dos partidos pequenos, particularmente ao PCdoB — pode ser superado, caso a Câmara aprove o projeto de lei do deputado Lincoln Portela, PSL-MG (PL 1909, de 2003), que elimina a cláusula de barreira e dá direito a funcionamento parlamentar ao partido com pelo menos seis representantes no Congresso.

Pela legislação atual, a partir de 2006 só poderão ter funcionamento parlamentar os partidos que obtiverem um mínimo de 5% dos votos válidos nas eleições, sendo pelo menos 3% em nove estados.

Lincoln Portela defende a multiplicidade de partidos. "Novas legendas correspondem muitas vezes ao desejo de partici-

pação de populações ignoradas pelas elites", afirma.

A proposta do deputado tramita junto com o PL 2220, de 1999, que cria a federação de partidos políticos com atuação nacional; há ainda outros quatro projetos ligados a ela, entre eles o PL 878, de 2003, de autoria do deputado Sarney Filho (PV-MA), que considera a cláusula de barreira uma afronta jurídica contra a autonomia dos partidos políticos e a independência da Câmara dos Deputados. Ela é "verdadeira cláusula de adulteração ideológica e de extermínio partidário" e, se em vigor, apenas PT, PFL, PMDB, PSDB, PPB, PSB e PDT teriam funcionamento parlamentar. "Portanto, com exceção do PT, todos os demais partidos de esquerda seriam afetados pela medida", diz.

**Para Sarney Filho, com a cláusula de barreira, exceto o PT, "os demais partidos de esquerda seriam afetados"**

A sugestão do deputado Vilmar Rocha (PFL-GO), que relatou a matéria na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, é que a Câmara aprove o projeto principal (PL 2220/99) e rejeite os demais. "A idéia da federação partidária por fim ao emaranhado de siglas no qual se transformou nosso sistema partidário, o que confundiu o eleitor", afirma. Ele diz que como no Brasil os eleitores votam nos candidatos e não em partidos ou programas, nada impede que os partidos se agrupem em federações, simplificando em sua opinião o sistema partidário e o próprio processo eleitoral.

O parecer de Vilmar Rocha ainda precisa ser votado pela Comissão de Constituição e Justiça. O que simplifica mesmo o sistema partidário e o processo eleitoral é o respeito aos eleitores que manifesta-se pelo voto e também pela liberdade de organização das diferentes correntes de opinião. (Com informações da Agência Câmara)

## PARTIDO DOS TRABALHADORES

### Tarefa histórica gigantesca

Desafio do PT é trilhar o rumo do desenvolvimento

Quando foi criado, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, o Partido dos Trabalhadores representou uma esperança para setores progressistas e avançados do Brasil, que viam na nova organização que surgia no bojo das grandes greves de 1978 e 1979 a possibilidade concreta de enfrentamento da ditadura militar, e também o nascimento de uma organização alternativa ao que consideravam como o autoritarismo dos Partidos Comunistas. Afinal, as principais forças que se uniam ali eram os sindicalistas autênticos, aliados às correntes de esquerda que se opunham aos comunistas desde os anos 60, e os militantes operários e democráticos de origem católica, muitos filiados às comunidades eclesiais de base que proliferavam naqueles anos.

Estes 24 anos foram um período de duro aprendizado para o Partido dos Trabalhadores. Aprendeu a fazer alianças políticas, já no final da década de 1980; a moderar a linguagem e a adequar seus programas à realidade política do país. Desde 1989, é o principal aliado eleitoral do PCdoB e juntos foram o principal fundamento da Frente Brasil Popular e da candidatura de Lula; nos anos seguintes, a candidatura de Lula foi construída, e ganhou densidade, com base nessa aliança. Enfrentou quatro eleições presidenciais, até alcançar a Presidência em 2002. Hoje, com seus governadores de estado, prefeitos, mais de 90 deputados federais e 13

senadores, o Partido dos Trabalhadores tornou-se a principal força partidária da República, como ficou expresso na festa do dia 13 de fevereiro, seja pelo cenário privilegiado — o histórico Hotel Glória, no Rio de



Petistas festejam aniversário

Janeiro — ou pelo amplo leque político lá representado, e que aplaudiu de pé o ministro da Casa Civil, José Dirceu, sob duro ataque de parlamentares conservadores e pela imprensa que os acompanha, a pretexto da atuação ilícita e infiel do assessor parlamentar

Waldomiro Diniz. Lá estavam, além do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Luiz Gushiken, Olívio Dutra, Nilcéa Freire, João Paulo Cunha, Marta Suplicy e representantes dos partidos aliados, como Renato Rabelo (PCdoB), Alexandre Cardoso (PSB), Roberto Freire (PPS) e Michel Temer (PMDB), além de vários ministros; lá estavam 800 pessoas. Em seu discurso, Lula registrou a importância que o Partido ganhou nestes 24 anos. O PT se tornou uma referência e, agora que chegou ao poder, não tem o direito de errar, disse o presidente. E explicou: "O erro que o PT não pode cometer é na política".

**O PT não pode errar. E o erro que não pode cometer é na política, disse Lula**

Ao completar 24 anos, o PT está de parabéns pela responsabilidade histórica que alcançou, a de dirigir a maior tarefa não só de sua história mas também da esquerda e das forças democráticas e progressistas do Brasil: a tarefa de conduzir o país para um novo rumo de desenvolvimento e progresso. (JCR)



FMI

# Lula defende mudança e quer novo contrato social

*FMI não pode ter a receita única do ajuste fiscal duro, impedindo que os países cresçam, diz o presidente*

CARLOS POMPE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, dia 16, mudanças na postura do Fundo Monetário Internacional (FMI) em relação aos países “em desenvolvimento”. Do gabinete no Palácio do Planalto, Lula conversou com os participantes da Conferência Anual da Rede Parlamentar de Países-Membros do Banco Mundial, que estavam em Paris.

“O FMI não pode ter, para o desenvolvimento dos países pobres, uma única receita, que é um ajuste fiscal duro, muitas vezes não permitindo que os países cresçam”, afirmou. O Fundo precisa

“adotar a linguagem do crescimento econômico e da distribuição de renda”.

O presidente relatou aos participantes da videoconferência que, às vezes, a ajuda financeira do Banco Mundial não pode ser usada, porque o país tem que cumprir um superávit primário. “É preciso o FMI começar a diferenciar o que é investimento produtivo e o que é dívida”, disse. Para ele, esta mudança “é uma questão de tempo”. Lula pediu aos parlamentares que ajudem os paí-

ses “em desenvolvimento” a mudar esta postura do Fundo.

Ele conversou com os presidentes da França, Jacques Chirac, e do Chile, Ricardo Lagos, e também com o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, sobre o combate à fome no mundo e sugeriu a taxação sobre transações internacionais, como o comércio de armas e determinados produtos financeiros, especialmente com paraísos fiscais, para um fundo de combate à miséria. Lula defendeu novo contrato social mundial, para combater a fome e a miséria.

O presidente disse que a comunidade internacional corre o risco de não alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio: “Muitos países não conseguirão alcançar tais objetivos, a despeito de seus esforços, a menos que se multipliquem substancialmente os recursos internacionais destinados a eles”. Lula reforçou que é preciso “mobilizar a vontade política e aumentar os recursos para erradicar a fome e a extrema pobreza, promover a educação, uma melhor qualificação



Lula: “FMI não pode ter ajuste fiscal duro”

profissional e a saúde nos países em desenvolvimento”, defendeu

O presidente voltou a afirmar que vê no combate à fome um elemento fundamental na luta contra a exclusão e a desigualdade internacional, e um passo indispensável no caminho de maior justiça social, crescimento sustentável, desenvolvimento humano e paz para todos os países do mundo. Segundo ele, o Brasil está fazendo a sua parte e “pode

fazer muito mais, trabalhando em conjunto com seus parceiros internacionais.”

Lula falou também sobre a criação de um grupo técnico para examinar propostas sobre mecanismos alternativos de financiamento para combater a fome no mundo. A criação do grupo foi acertada em reunião realizada no final do mês passado, em Genebra, com o presidente da França, Jacques Chirac, do Chile, Ricardo Lagos, e o secretário-geral da ONU, Kofi Annan. Uma das propostas trata da taxação sobre certas transações internacionais e determinados fluxos financeiros, “sobretudo aqueles que se valem de paraísos fiscais”.

Outra medida citada pelo presidente é a criação de um “Mecanismo Internacional de Financiamento”, proposta pelo Ministro das Finanças britânico, Gordon Brown, que tem como objetivo dobrar o volume de ajuda financeira oferecido pelos países ricos às nações pobres. O presidente defendeu ainda a eliminação dos subsídios aos produtos agrícolas nos países mais ricos. “Talvez a maior contribuição que possamos dar hoje para ajudar a resolver o problema da fome no mundo seja a eliminação dos subsídios aos produtos agrícolas nos países mais ricos”, ressaltou. (Com informações da Agência Brasil)

## ENCONTRO DE ECONOMISTAS

# Desajustes da economia mundial

*Pai do Consenso de Washington critica neoliberalismo*

RENILDO SOUZA\*

Pelo sexto ano consecutivo, aconteceu em Havana o Encontro Internacional de Economistas sobre Globalização e Problemas do Desenvolvimento. Estiveram presentes 1.447 delegados de 43 países e de nove organismos internacionais, além de personalidades, como dois economistas detentores do prêmio Nobel.

“Não sou culpado”: Diante do fracasso neoliberal na América Latina, John Williamson, do Instituto de Estudos Econômicos Internacionais e principal formulador do Consenso de Washington, fez uma recapitulação dos pontos deste decálogo, argumentando que muitas políticas aplicadas não corresponderam às suas recomendações. Criticou o neoliberalismo, declarando sua divergência com Friederich Hayek sobre o papel do Estado na economia. Mas Williamson, na prática, esquivou-se, evidentemente, de reconhecer que as concepções do Consenso inevitavelmente levam ao mais extremado capitalismo desregulado, golpeando, sobretudo, os países periféricos, a partir de mandamentos como disciplina fiscal, liberalização financeira, privatizações, abertura comercial etc.

“Reformas foram poucas”: James Heckman, professor da Universidade de Chicago e prêmio Nobel de Economia, dissertou sobre a proposta de um chamado novo modelo. Porém, sua proposta baseia-se no conhecido e desgastado neoliberalismo. Eis sua receita: “Educação”, mão-de-obra qualificada, abertura para o comércio e investimentos globais, incentivos à atividade econômica (provaavelmente, segurança dos direitos de propriedade, cumprimento de contratos), liberalização dos mercados e sobretudo flexibilização do

mercado de trabalho. Ele atacou fortemente o modelo de substituição de importações, outrora adotado na América Latina. Para ele, a América Latina não completou as reformas, inclusive o desemprego na Argentina existe porque a liberalização do mercado de trabalho foi apenas parcial. Renildo Souza, representante do PCdoB, criticou as idéias expostas, contestando os dados sobre os encargos trabalhistas no Brasil, mostrou números sobre o desemprego no país, introduzindo o problema do ignorado fenômeno da informalidade com dados do Brasil e México, contestando menções à Nova Zelândia e Austrália, questionando a metodologia da pesquisa apresentada por Heckman com comparações sobre o trabalho da América Latina, tido como asfiziado por extrema regulação, em face do que seriam os mercados de trabalho “rígido” na Europa e flexível e eficiente nos Estados Unidos. Um parêntese: agora, pós-encontro em Cuba, podemos parar e refletir sobre o perigo e a gravidade das ameaças neoliberais sobre a reforma trabalhista ora em cogitação no nosso país.

“Maior república de banana”: Daniel McFadden, professor da Universidade da Califórnia, em Berkeley, e prêmio Nobel em Economia, fez uma exposição sobre os perigos dos capitais de curto prazo, propondo reforma do FMI, supervisão prudencial (bancária) dos países e posições conjuntas para prevenir crises financeiras. Defendeu a globalização e a independência dos bancos centrais, mas afirmou que “parece que os controles dos movimentos de capitais ajudaram a Malásia e a Argentina a saírem da crise”. Chamando os Estados Unidos de maior república de banana, McFadden denunciou os riscos na economia

internacional, sobretudo para os “emergentes”, a partir dos desequilíbrios provocados pelos déficits fiscal e comercial dos Estados Unidos e volatilidade do dólar.

Renildo interveio nesta sessão destacando a necessidade de controle dos movimentos de capitais e administração do câmbio, citando a China e a Índia. Divergiu também da independência dos bancos centrais e referiu-se a aspectos que escapam às decisões domésticas e que fomentaram crises recentes.

“Não à ALCA”: Nos debates, houve muita ênfase aos resultados negativos e estrategicamente perniciosos — coloniais — que resultariam da implementação da Alca. O Nafta foi apresentado como exemplo desses problemas. No caso mexicano, depois de 10 anos de Nafta, 40% dos alimentos são importados, destruindo as condições de vida de milhões de camponeses, há queda na renda per capita pelo terceiro ano, apesar do grande crescimento das exportações, enquanto o investimento externo produtivo concentra-se nas *maquiladoras* (montadoras) que compram apenas 2,97%, em média, de componentes no próprio México.

Santa inocência do FMI e do BIRD: “O Fundo não impõe programa e condicionalidades aos países (a austeridade é inevitável nas crises), não garante salvamento de credores privados e os Estados Unidos não têm poder de veto”, declarou Guy Meredith, representante do FMI. O público riu. Luís Servén e William Maloney apresentaram um estudo do Banco Mundial, argumentando que 10 anos é pouco tempo para o Nafta, mas que “há uma convergência de PIB per capita, salários e produtividade industrial entre México e Estados Unidos”, havendo necessi-

dade, no primeiro país, de melhoria das instituições, educação e infra-estrutura. Na verdade, o BIRD está trocando significados: convergência em vez de divergência. Com visão crítica, o representante da UNCTAD, Jan Kregel afirmou que a principal razão do aumento das exportações dos países pobres tem sido a mão-de-obra barata.

Olhando a China: A China foi objeto de positiva referência, insistentemente, no Encontro. Comentou-se sobre sua soberania na condução da política econômica, seu êxito de acelerado crescimento, seu avanço na diminuição da pobreza, sua competitividade no comércio internacional, suas relações econômicas com os Estados Unidos e seus impactos no futuro da economia mundial.

O ex-presidente da Colômbia, Ernesto Samper, argumentou que, considerando o colapso da América Latina, o neoliberalismo está morto. Atilio Borón, secretário da CLACSO, disse que o medo, o desinteresse pela política e a ignorância estão muito presentes nas eleições nos Estados Unidos. No encerramento do Encontro, o presidente cubano, Fidel Castro, afirmou que se o Brasil se une à Argentina para não pagar a dívida, o FMI treme, e os outros países da América Latina vão seguir o exemplo, à exceção de poucos. Fidel denunciou a atividade do chamado Comitê de Assistência de Cuba Libre, órgão governamental criado por Bush, em dezembro passado, com o objetivo, segundo o presidente estadunidense, de planejar a transição em Cuba.

**“O Fundo não impõe programa e condicionalidades aos países, não garante salvamento de credores privados e os EUA não têm poder de veto”, disse o representante do FMI. O público riu**

\*membro do Comitê Central, representou o PCdoB no Encontro Internacional de Economistas sobre Globalização e Problemas do Desenvolvimento



PCdoB

# Reta final para o 1º Encontro Nacional sobre Questões de Partido

*Tudo pronto para o Encontro, que ocorrerá de 5 a 7 de março, em Brasília*

Este próximo final de semana, nos dias 28 e 29 de fevereiro, ainda ocorrerão 13 debates ampliados nas direções estaduais, sobre o documento de Partido, aprovado pelo CC desde dezembro do ano passado. São os preparativos finais para a realização do 1º Encontro Nacional sobre Questões de Partido, que ocorrerá nos próximos dias 5 a 7 de março, em Brasília, no auditório "Nereu Ramos", da Câmara dos Deputados.

Da parte da Comissão Nacional de Organização, resta-nos os preparativos de infra-estrutura do Encontro, em especial o controle das indicações dos estados das suas respectivas delegações. O que vimos sentindo nos debates que já ocorreram, é que o documento foi bem aceito no coletivo partidário onde ele foi debatido. Fazer crescer e estruturar o nosso Partido com base entre os trabalhadores e nas bases

(OBS) é um desafio hoje muito maior do que as filiações partidárias que sempre fizemos. Ativar as nossas duas mil bases, fazê-las funcionar como centro de vivência e ação política, tornando a militância partidária protagonista das grandes lutas do povo, das massas e especialmente das próximas eleições, dirigindo as campanhas comunistas é o grande desafio.

A realização do Encontro encerrará uma fase desta nova etapa na vida legal do Partido, onde participamos de ministérios e agora no centro do poder da República com o ministro Aldo Rebelo, do nosso Comitê Central. A decisão do CC pela convocação do Encontro, mostra a disposição da direção nacional de ouvir cada vez mais as bases, os estados e criar mecanismo de ampliação da participação dos quadros partidários nos debates e nas decisões sobre os rumos do Partido. Tanto que além dos próprios mem-

bro do CC que estarão no 1º Encontro, como delegados, teremos ainda membros de todas as comissões auxiliares do CC (em torno de 15 camaradas) e mais 174 delegados dos Comitês Estaduais (e esperamos presenças dos 27 estados). Prevemos algo em torno de 250 camaradas presentes, quadros de alto nível do Partido. É um evento inédito na vida partidária e tudo indica, que outros Encontros de diversas naturezas ocorrerão na vida do Partido. Entre maio do ano passado, quando começamos os preparativos para a 9ª Conferência, passando pelo segundo semestre de 2003, quando realiza-

ram-se as conferências ordinárias em mais de 1.700 cidades, envolvemos em todo o país cerca de 60 mil militantes. Agora, neste começo de ano, de grandes debates nos estados sobre o documento de Partido, podemos dizer que o PCdoB, num espaço de 10 meses realizou 3 grandes eventos

onde atualizou a sua tática, passou em revistas todas as suas fileiras, procurando estruturar as direções intermediárias (municipais e estaduais) e apontou em seus documentos diversas orientações para esta sua nova fase que, seguramente, o farão ampliar as fileiras e crescer ainda mais entre os trabalhadores, jovens e intelectuais.

## O Encontro, sua dinâmica e propostas

Os preparativos finais estão concluídos. A partir de segunda-feira, 1º de março, os estados enviarão suas listas de delegados a CNO, que providenciará a confecção dos crachás. O grande debate será em torno do documento do CC, que chegará às mãos dos participantes com algumas emendas apontadas pela CNO, construídas a partir de sugestões dos estados, da própria CNO plena

## Expansão do PCdoB



Jô Moraes, vice-presidente do PCdoB

Embora não seja comunista, a eleição do presidente Lula tem contribuído para o crescimento do PCdoB no Brasil. "A eleição de Lula quebrou um volume de preconceito muito grande contra o PCdoB. No imaginário da população, Lula era um comunista, apesar de ele nunca ter sido filiado ao partido e de frisar sempre que não é e nunca foi comunista", conta a presidente do partido em Minas, deputada Jô Moraes. De acordo com ela, o PCdoB recebeu nos últimos meses 4,5 mil novos filiados. Além disso, foram criados diretórios regionais em 160 municípios. (Estado de Minas)

e mesmo do secretariado. O documento base terá seus parágrafos numerados e receberá emendas dos delegados durante o Encontro, até sábado pela manhã (a dinâmica final será divulgada na abertura do Encontro). Até 16h do próprio sábado, estamos com a idéia de concluir as votações referentes ao texto final do Encontro, que seguirá ao CC, na sua reunião ainda de março, para referendar, conforme determinam nossos estatutos.

Formaremos uma mesa ampla com vários camaradas do secretariado, do CC e membros da CNO. Também teremos uma comissão de sistematização. Teremos ainda três falas na abertura dos trabalhos, com Renato Rabelo, presidente do Partido, que fará uma exposição sobre a conjuntura política e tarefas do Partido na atualidade. Posteriormente Walter Sorrentino, secretário de Organização do CC, falará sobre organização e questões de Partido e por fim, falará Adalberto Monteiro, sobre questões de formação (ideológicas). Teremos ainda uma intervenção especial de João Batista, sobre o trabalho do partido entre o proletariado. Uma homenagem especial será feita às mulheres

por ocasião da comemoração de seu dia internacional em 8 de março.

Também no Encontro, além do documento sobre questões de Partido, aprovaremos o nosso 5º PEP, que conterá diretrizes, objetivos, projetos e metas do Partido para 2004 e apontando para 2005 (este será nosso segundo PEP, cujo tempo de aplicação passou a ser bienal). Adotando pela primeira vez na elaboração do PEP o método de Planejamento Estratégico Situacional, o CC apresentará para o debate, discutirá e aprovará o seu plano nacional.

Por fim, no domingo, 7 de março, teremos dois atos na parte da tarde. O de organização, que tratará de questões próprias e específicas de nossa área, neste ano eleitoral. Também a área de finanças fará o seu ato nesse dia. A previsão é de que o Encontro se encerre por volta das 18h do domingo.

Até o Encontro, devemos arregaçar as mangas para garantir que os delegados de todos os estados cheguem à Brasília e lá participem dos três dias de intensos debates. Seguramente, as suas decisões e encaminhamentos darão maior vigor ao nosso Partido neste ano.

SINDICALISMO

## CSC ganha eleição do Sindicato das Costureiras do RN

*A nova diretoria defende a redução da jornada de trabalho e a democratização da entidade*

JAN VARELA E FERNANDO MARANHÃO, DE NATAL

Depois de uma excepcional vitória nas eleições do dia 13 de fevereiro, tomou posse a nova diretoria do Sindicato dos Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confecções de Roupas no Rio Grande do Norte, tendo à frente a militante comunista Maria dos Navegantes dos Santos da Silva.

A mudança representada por companheiros da CUT e da Corrente Sindical Classista (CSC) defendia a luta pela redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução salarial, a necessidade de assessoria jurídica (inexistente), a democratização das discussões da categoria realizando assembleias nas fábricas e abrindo as portas do sin-

dicato aos trabalhadores e a criação da secretaria de saúde, entre tantas outras.

O desafio proposto à militância classista era conquistar a direção de um Sindicato dirigido pela CGTB e Força Sindical e que há 20 anos estava à disposição da classe empregadora, sem desenvolver atividade sindical e servindo somente de trampolim para os seus dirigentes em troca de favores em períodos eleitorais.

Abertas as urnas, a Chapa 2 — composta por comunistas e com a costureira Maria dos Navegantes como candidata à presidência da entidade —, recebia sem surpresas o resultado, obtendo 79% dos votos contra apenas 21% dos votos da chapa 1, da situação. Das 8

urnas abertas, a Chapa 2 só perdeu em uma, exatamente aquela que estava na sede do sindicato, notícia que também foi recebida sem surpresas.

Maria dos Navegantes — que foi perseguida pelas empresas e pela atual diretoria do sindicato, chegando mesmo a ser afastada de suas funções —, retornando apenas por decisão judicial dois dias antes das eleições, exatamente por ser membro da Comissão Interna de Prevenção a

Acidentes (CIPA) —, espera agora ampliar a base dos sindicalizados para os 10.000 profissionais da categoria e resgatar para o Sindicato o seu significado de defesa dos direitos dos trabalhadores.

A vitória nesse sindicato ilustra mais um nobre capítulo dos inúmeros exemplos da luta e determinação da militância comunista, mostrando a causa da luta operária, superando todos, e não poucos, obstáculos existentes.

**A vitória nesse sindicato ilustra mais um nobre capítulo dos inúmeros exemplos da luta e determinação da militância comunista**

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



## MOVIMENTOS SOCIAIS

# CMS lança campanha pelo emprego

*Lutar pelas mudanças por dentro do governo e com movimento de massas que mude a correlação de forças*

FERNANDO DAMASCENO, DE SÃO PAULO

A julgar pela Plenária Nacional da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), ocorrida em 11 e 12 de fevereiro em Perus, na periferia de São Paulo, a exigência popular por mudanças que levou Lula à Presidência da República ao governo e mantém seus altos índices de aprovação ao governo vai agora tomar a forma ativa de manifestações que ocuparão as ruas das cidades brasileiras este ano.

Os 200 representantes lá presentes aprovaram a realização da Campanha pelo Direito e Valorização do Trabalho, mobilizando todos os segmentos do povo contra o desemprego, e fixaram uma agenda (ver nesta página) para a luta por mais empregos. Eles representavam a CUT (Central Única dos Trabalhadores), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), UNE (União Nacional dos Estudantes), Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secun-

daristas), Conam (Conferência Nacional das Associações de Moradores) Conen (Coordenação Nacional de Entidades Negras), CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), movimentos pastorais sociais, entre outros, de 17 Estados.

A reunião mostrou, disse João Pedro Stédile, do MST, "as várias formas de como o povo brasileiro vem se organizando. Desde a Igreja até o movimento sindical estiveram aqui presentes, com esse espectro político, de unidade e de pluralidade". Num ambiente marcado pela busca do consenso, decidiram que março e abril serão dedicados ao trabalho de base da Campanha pelo Direito e Valorização do Trabalho; entre 1º e 20 de março serão realizadas as plenárias estaduais para, disse o presidente da UNE, Gustavo Petta, organizar e unificar o movimento social na luta pelo direito ao trabalho. Ao final, foi apro-

vada a "Carta de São Paulo por um 2004 de organização, mobilização e mudança", registrando aquilo que a entidade vislumbra como melhor caminho para o Brasil (ver abaixo).

A idéia é atrair mais entidades populares e propiciar a elas um maior conhecimento da real situação do país. Queremos, disse Antônio Carlos Spis, Secretário de Comunicação da CUT "disseminar o debate da CMS em todos os

Estados para construir uma mobilização parecida com a campanha contra a Alca".

O descontentamento da plenária ficou por conta dos rumos da economia, e o tom das principais lideranças foi de dura crítica à continuidade da política de FHC e

Pedro Malan. Mas as mudanças na economia não vão acontecer sem forte mobilização popular, disse João Batista Lemos,

Secretário Sindical do PCdoB e dirigente da CSC. É preciso, enfatizou, "combinar a luta institucional, por dentro do governo, no sentido das mudanças, com a luta do movimento social. Sem pressão popular, sem um grande movimento político de massas, fica bem mais difícil essa mudan-

ça de rumo no país". A correlação de forças só vai mudar, disse, à medida em que o povo entrar em cena, exigindo "um novo rumo para a política econômica, de desenvolvimento com soberania e valorização do trabalho".

**É preciso, diz Antônio Carlos Spis, disseminar o debate em todos os estados e construir uma mobilização como a campanha contra a Alca**

## DOCUMENTO

## Organização, mobilização e mudança

*Documento da Coordenação dos Movimentos Sociais*

O Brasil viu agravadas em 2003 as dificuldades e a degradação social, na seqüência de duas décadas perdidas. A economia estagnou, a renda do trabalhador despencou 12,5% (IBGE), o desemprego bateu novo recorde, na casa dos 20% nas regiões metropolitanas (Dieese) e é crescente a precarização do trabalho. O resultado é o avanço assustador da violência na cidade e no campo, no que registramos o brutal assassinato de quatro funcionários do Ministério do Trabalho em plena atividade contra o trabalho escravo em Minas Gerais.

Tudo isto advém tanto da herança maldita do neoliberalismo de FHC quanto da política econômica conservadora implementada pelo Ministério da Fazenda e o Banco Central.

A atual política mantém claro viés neoliberal e um caráter de classe perverso, subordinada ao capital financeiro e aos acordos com o FMI, lesivos aos interesses nacionais. A máxima prioridade é o pagamento dos juros das dívidas interna e externa, o que significa a perda de recursos da saúde, da educação e deixar de realizar investimentos estratégicos em infra-estrutura sem os quais o ansiado e inadiável espetáculo do crescimento revela-se inviável. Em 2003, cerca de 70 bilhões de reais foram economizados na forma de superávit fiscal primário para honrar o serviço da dívida. O governo sinaliza a continuidade dessa política ao anunciar um corte de R\$ 6 bilhões no orçamento aprovado pelo Congresso Nacional.

Para combater a crise social é indispensável mudar a política econômica, priorizando os interesses do povo brasileiro. O emprego e a valorização do trabalho devem se tornar de fato uma obsessão da política econômica. É sobre esta base que

se deve erguer o novo projeto de desenvolvimento nacional: a valorização do trabalho como fonte de desenvolvimento, base para o fortalecimento do mercado interno e condição para a defesa da soberania.

Este projeto é resultado das bandeiras históricas e imediatas do movimento social brasileiro:

- não economizar os impostos pagos pela população para engordar os credores da dívida, mas destinar estes recursos a investimentos que gerem crescimento, emprego, distribuição de renda e valorização do serviço público, recuperando a capacidade do Estado de garantir os direitos sociais universais;
- valorização do salário mínimo;
- reforma agrária;
- redução da jornada de trabalho sem redução de salários;
- a construção imediata de moradias;
- o não ingresso do Brasil na Alca e o fortalecimento das relações com a América Latina;
- romper com a tutela do FMI sobre a economia brasileira.

Com esta análise, construída na Plenária Nacional da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), realizada nos

dias 11 e 12 de fevereiro em São Paulo, conclamamos os trabalhadores, desempregados, estudantes, sem-tetos e sem-terras, homens e mulheres, a construir uma grande campanha cívica por um novo projeto de desenvolvimento nacional, fundamentado na soberania e na valorização do tra-

balho. A mudança da atual política depende de imensa mobilização da sociedade em 2004, mobilização unitária, ampla e permanente, com o seguinte calendário para o primeiro semestre (ver nesta página).

**Para combater a crise social é indispensável mudar a política econômica, priorizando os interesses do povo brasileiro**

## TRABALHADORES

## Agenda de lutas dos sindicalistas

*CUT e PCdoB discutem a ação unificada*

Para João Felício, secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a melhor maneira dos movimentos sociais contribuir para o sucesso do governo Lula será por meio de uma agenda própria. "Acho que devemos pôr essa imensa massa de sindicalistas em movimento, disputando pensamentos, projetos e pressionando o governo", disse. "O poder público é permeável a influências de pressões de todos os seguimentos sociais e temos de entrar em campo para pressionar o governo segundo a nossa lógica. É uma maneira de influenciar, de fazer com que o governo tenha a pauta de reivindicações dos movimentos sociais como elemento importante para a sua estratégia ao implantar uma determinada política". Essa disposição foi manifestada por ele no encontro ocorrido em 19 de fevereiro entre as secretarias sindicais nacionais do Partido Comunista do Brasil

(PCdoB) e do Partido dos Trabalhadores (PT), na sede do PCdoB, em São Paulo.

O convite partiu de João Batista Lemos, secretário sindical do Comitê Central do PCdoB e, além de João Felício, o encontro reuniu também outros sindicalistas, entre eles Wagner Gomes, do Comitê Central do PCdoB e vice-presidente nacional da CUT. O tema foi o papel dos trabalhadores no cenário de disputa em que está inserido o governo do presidente Luíz Inácio Lula da Silva e, entre as decisões acertadas, está o dia nacional de mobilização em defesa do emprego e do salário, que será puxado pela CUT. A proposta dos dois partidos é construir esse processo em conjunto com a mobilização por emprego da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), e a previsão é que a manifestação ocorra perto do dia 1º de maio — Dia Internacional dos Trabalhadores, que deverá ser marcado por grandes atos públicos (Agência CUT).

## CALENDÁRIO

| MARÇO   | ABRIL   |
|---|---|
| Trabalho de base da Campanha pelo Direito e Valorização do Trabalho   | Trabalho de base da Campanha pelo Direito e Valorização do Trabalho                   |
| <b>1º a 20</b><br>Plenárias estaduais da CMS para preparação da campanha  | <b>14 e 15</b><br>13ª Plenária Social Nacional sobre a Alca - São Paulo               |
| <b>8</b><br>Mobilizações do Dia Internacional da Mulher   | <b>17</b><br>Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária                            |
| <b>20</b><br>Dia Mundial da Luta contra a Militarização, contra a ocupação do Iraque, a Guerra e as Bases Militares dos EUA na América Latina | <b>MAIO</b>   |
| <b>29/03 a 1º/04</b><br>Jornada de Luta dos Estudantes pela Reforma Universitária.  | <b>1º</b><br>Dia Nacional de Luta pelo Trabalho e contra a Alca (1 milhão de pessoas) |
|   | Mobilizações massivas em todas as capitais e principais cidades do país.              |
|   | <b>6 a 9</b><br>Semana Nacional de Luta   |

**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



PCdoB

# 42 anos da reorganização

*O PCdoB se transforma em um partido de grande influência política e forte protagonismo de massa*

JOSÉ REINALDO CARVALHO\*

Depois do 25 de março de 1922, que assinala a fundação da velha e sempre jovem organização dos comunistas brasileiros, o "18 de fevereiro de 1962" é a data mais importante na história do Partido. Na Conferência extraordinária de 1962, sob a direção de João Amazonas e Maurício Grabois, os militantes nela reunidos a rigor refundavam o Partido, após tumultuado período de divisões internas e desvios de rota nos terrenos político e ideológico, que por pouco, não fora a histórica decisão de perseverar na luta pela afirmação da organização comunista, poderia ter resultado na sua liquidação.

A celebração da efeméride não tem o sentido de visitar o passado, menos ainda o de transplantar ao presente fatos, personagens e motivações. Tampouco pretendemos ver no Partido de hoje a mera reprodução daquele que ressurgia em 1962, porquanto são inteiramente distintas as circunstâncias e a evolução política, ideológica e orgânica do PCdoB até se transformar no partido que é hoje, é reveladora também de um percurso sinuoso, tempestuoso e não raras vezes marcado por erros e confusões. É da vida e da história, de onde, sendo lúcidos, tiramos ensinamentos para avançar na realização das nossas tarefas.

## Êxitos de hoje e tradição revolucionária

Quando se produziu a ruptura do Partido com o oportunismo de direita em 1962 era incerto o resultado daquele gesto, até porque as condições do país, marcadas por uma ascensão do nacional-desenvolvimentismo, da luta pelas reformas de base e da democratização, apontavam para um rumo aparentemente distinto do que o assinalado pelo núcleo marxista-leninista à frente da reorganização do Partido. Por isso, o PCdoB renasceu pequeno e durante algum tempo amargou a condição de ser uma organização diminuta, constituída apenas por um pugno de revolucionários profissionais. Supostamente, o desfecho provável da gesta de 1962 era o desaparecimento do Partido, vaticínio tantas vezes repetido.

Não foi, porém, o que sucedeu. Quase



Amazonas fala em ato pouco após o 18 de fevereiro de 1962

cinco décadas depois, o PCdoB desenvolve-se no sentido de transformar-se num Partido Comunista com ampla influência política no país, incidência e protagonismo no movimento social, sólida formação política e ideológica, unido em torno de um programa estratégico que propugna o socialismo como alternativa de fundo para o país e um programa tático amplo, combativo e flexível, voltado para a consolidação de conquistas democráticas, nacionais e sociais, nas difíceis condições de hegemonia do neoliberalismo no mundo. Enraizado no chão nacional, tornou-se o PCdoB também um Partido internacionalista, um partido da solidariedade com os trabalhadores e povos de todo o mundo, com laços de amizade e colaboração fraterna com os partidos comunistas, revolucionários e progressistas dos cinco continentes.

### O caráter revolucionário é uma das grandes heranças que recebemos da geração de 1962.

**Cuidar desse patrimônio, fazendo dele a nossa grande riqueza, é o inarredável dever da geração atual**

Os êxitos que as gerações atuais de comunistas colhemos hoje, traduzidos em inaudita expansão em todos os terrenos, não podem ser compreendidos à margem das tradições revolucionárias presentes naquele episódio e de resto em toda a nossa trajetória histórica. O Partido que hoje somos herda essas tradições, incorporando dita herança no cotidiano das suas ações e na construção do seu dever como

força decisiva nas transformações revolucionárias da sociedade brasileira.

## A herança que recebemos de 1962

Não chegaríamos até aqui, como Partido Comunista, se não fosse a luta contra o oportunismo, da qual 1962 não foi o desfecho, mas sem lugar para dúvidas um marco. Não foram poucas as organizações que se perderam pelo caminho, embora com passado glorioso, por ter predominado nelas o oportunismo de direita, as ilusões de classe, o reformismo, o rebaixamento dos objetivos estratégicos, o abandono da perspectiva socialista. Em contexto e medida diferentes, a esquerda em sentido lato, ao assumir responsabilidades de governo corre também riscos de desfiguração, se perder de vista o compromisso de promover, ainda que gradualmente, mudanças de fundo nas estruturas políticas econômicas e sociais retrógradas, se adotar os pontos de vista das classes dominantes ou mesmo se assumir o perfil ideológico de uma social-democracia historicamente superada.

Comemorar a reorganização do Partido Comunista do Brasil há 42 anos, nas novas condições políticas que vive o país e na fase expansiva que vive o Partido é também refletir sobre o amadurecimento político da tática comunista. Chegamos até aqui porque o caráter revolucionário do Partido e seus princípios não se petrificaram sob o dogmatismo estéril. Antes, buscamos nas ínvias encruzilhadas que percorremos inserir-nos no turbilhão dos acontecimentos,

oferecer saídas concretas para os complexos fenômenos políticos. O grande desafio dos comunistas e dos revolucionários é desvendar o feixe de contradições que, traduzidas em diretrizes políticas claras, podem despertar as grandes lutas do povo brasileiro para superar os tormentosos problemas que o país enfrenta. Podemos dizer que ao longo do período transcorrido desde 1962 esse foi o empenho do PCdoB. O Partido amadureceu taticamente assumindo como suas as angústias, inquietações e lutas, desde as mais simples, do povo brasileiro, formulando uma plataforma que enfrenta de maneira simultânea, integral e entrelaçada a luta nacional, a luta democrática-popular e a luta social, e elegendo como métodos de excelência, bandeira da esperança e instrumento para a vitória a unidade do povo e das amplas forças democráticas, patrióticas e populares da sociedade brasileira, com base numa criativa linha de massas e política de alianças.

## Ameaças da reforma política

Comemoramos o aniversário da reorganização do Partido em bases revolucionárias confrontando-nos com novos desafios. Sérios são os impasses que vive o país num momento de transição política durante a qual o governo de que o Partido participa com dois ministros ainda não reuniu forças nem formou convicções para empreender as mudanças de caráter progressista que motivaram sua instauração a partir da vitória eleitoral de outubro de 2002. Trata-se de um momento ímpar na trajetória política do Brasil e da revolução brasileira, em que se abrem novas possibilidades para galgar degraus mais altos na realização de conquistas políticas e sociais. Mas o Partido e as forças progressistas são desafiados também pelos riscos e ameaças de caráter antidemocrático, antinacional e anti-social, provenientes das pressões conservadoras de fora e de dentro, de incompreensões e erros de orientação da força dirigente do governo. Uma dessas ameaças é a pretendida "reforma" política. Se concretizada nos termos em que foi apresentada, com o objetivo proclamado de criar uma espécie de bipartidarismo no país ou um sucedâneo de um sistema de governo fechado, monopólio e apanágio de uns poucos partidos, sendo um deles de "centro-esquerda", ideologicamente amorpho e como tal destinado ao mesmo fracasso de similares organizações do espectro político, a "reforma" seria um inaceitável retrocesso, porquanto um dos seus resultados seria abortar o processo de crescimento eleitoral do partido dos comunistas. E não se pense que recorreríamos à tábua de salvação de nos tornar em sublegenda ou tendência interna de qualquer que seja o agrupamento político. Quando decidimos romper com o oportunismo de direita em 1962, reafirmávamos simultaneamente a vocação dos comunistas brasileiros para se constituir como força política independente, localizando-se aí, com muita nitidez, as nossas fronteiras.

Somos otimistas sem perder o realismo. A reforma política propugnada pela classe dominante e defendida também por forças aliadas não é a primeira nem a mais perigosa ameaça à construção do Partido Comunista em nosso país. Herdeiros de 1962, para mais estamos preparados.

*José Reinaldo Carvalho, militante do PCdoB, responsável pelas Relações Internacionais.*

BOLETO DE ASSINATURA

R\$ 20,00  
12 edições

JORNAL

**A Classe Operária**

Órgão central do Partido Comunista do Brasil - Fundado em 1º/MAIO/1925

**PCdoB**  
Proletários de todos os países, uni-vos!

**FORMAS DE PAGAMENTO**

Cheque nominal

Dinheiro

Cartão de crédito  C  D  V  A

Nº.: \_\_\_\_\_

Validade: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (MÊS/ANO)

Vale postal nº. \_\_\_\_\_

Depósito em conta corrente  
Banco Itaú Ag. 0251 C/C 48676-7

Enviar comprovante de pagamento por fax ou e-mail

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Tel. res.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ com.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Data de nasc.: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EMPRESA JORNALÍSTICA A CLASSE OPERÁRIA: End.: Al. Sarutaiá, 185, Jd. Paulista, São Paulo, SP, Brasil - CEP 01403-010  
Tel/Fax.: (11) 3054-1829 - End. eletrônico: www.vermelho.org.br/classe Correio eletrônico: assinatura@pcdob.org.br

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



# Chamas no Haiti

*País irá ao caos ou terá transição constitucional?*

RONALDO CARMONA\*

Há 200 anos uma insurreição de escravos, liderada por um deles, Toussaint L'Ouverture, derrotou os exércitos bonapartistas e o Haiti se tornou a primeira nação livre do colonialismo no hemisfério. A revolta, iniciada em 1791, estendeu-se até 1804, quando a república foi proclamada. Tratou-se da mais radical revolução de escravos da história moderna, a ponto de eliminar fisicamente toda a pequena classe de senhores de terras brancos, de origem francesa, os principais responsáveis pela produção de açúcar da ilha.

O Haiti hoje se notabiliza por ser a mais pobre das nações latino-americanas. Como disse o taxista Saint Jean Jacques, em uma rua de Port-au-Prince, "é um país em que 10% das pessoas vão a escolas e 80% ou mais são pobres. A situação não pode ficar assim. É preciso fazer algo". Os dados socioeconômicos são assustadores: 80% da população rural e 65% da população urbana vivem abaixo da linha de pobreza, 70% da população está desempregada e a renda per capita está na casa de 300 dólares/ano — menos de um dólar/dia, índice dos países mais miseráveis da África. Dia 1º de janeiro, em ato comemorativo dos 200 anos da revolução, o presidente Jean-Bertrand Aristide solicitou uma indenização da França, por "reparação", no valor de 21 bilhões de dólares...

Nos últimos dias explodiu a guerra civil, com a exigência da renúncia de Aristide.

Dezenas de pessoas perderam a vida em combates, somente em fevereiro. Até cenas de canibalismo aparecem no noticiário internacional. O país registra em sua história nada menos que 32 golpes de Estado.

Aristide, um ex-padre expulso de seu convento em 1988 por "fomentar a luta de classes", expoente da "teologia da libertação", chegou ao poder em 1990. O povo, após a experiência de François Duvalier (conhecido como "Papa Doc"), que governou de 1957 a 1971, e de seu filho Jean-Claude Duvalier (o "Baby Doc"), de 1971 a 1986 — considerados dois dos mais violentos governantes da história, através da utilização dos "Tonton Macoutes", ou milícias para-policiais — viu com grande esperança a assunção do antigo padre, à frente do movimento Lavalas (Avalanche, em língua creole). Um golpe de Estado, sete meses após a posse, destituiu Aristide, dando lugar ao general Raoul Cedras, que implantou uma bárbara ditadura. Somente em 1994, apoiado por 20 mil soldados norte-americanos e com US\$ 500 milhões emprestados por organismos internacionais, Aristides voltou ao poder. Desta vez livre de qualquer traço de radicalismo.

Desde então, com uma breve interrupção, entre 1996 e 2000, quando um preposto seu, René Preval, assumiu a presidência, Aristide comanda o país baseado em terrorismo de Estado, tráfico de influência, benefícios públicos para amigos, estreito vínculo



A capital é guarnecida por cerca de 4 mil policiais e centenas de Chimères (garotos Maus)

com o FMI, corrupção endêmica, caos social e fraudes eleitorais — que lhe valeu o apelido de "Duvalier-bis". Em 2000 a eleição de Aristide causou a reorganização de uma heterogênea frente de oposição, denominada Plataforma Democrática, que reúne a Organização do Povo em Luta — membro do Fórum de São Paulo —, partidos e o chamado "Grupo dos 184", coalizão de entidades da sociedade civil. É a oposição "não-armada".

A oposição armada tem forte base no norte do país: o chamado Exército Canibal, oficialmente denominado Frente de Resistência Revolucionária Artibonite. Dominando militarmente as cidades de Gonaives, a maior da região norte do país, e Cap-Haitien, a segunda mais populosa, a guerrilha controla as estradas do país e os combates ocorrem a poucos quilômetros da

capital. Postos policiais são abandonados por soldados temerosos. Neste momento a capital se encontra guarnecida por cerca de 4 mil policiais, precariamente armados e, ao que consta, apavorados, além de centenas de Chimères (Garotos Maus), versão aristidiana dos Tonton Macoutes. Aristide acabou com o Exército Nacional em 1995, sob orientação dos *marines* norte-americanos.

A queda de Aristide parece iminente. A questão é se o país mergulhará no mais completo caos — forçando uma "intervenção humanitária", já aventada pela França, ex-metrópole, pela OEA e pelo Caricom —, ou se a frente oposicionista logrará uma transição constitucional mais ou menos organizada.

\*da Comissão de Relações Internacionais do Comitê Central do PCdoB

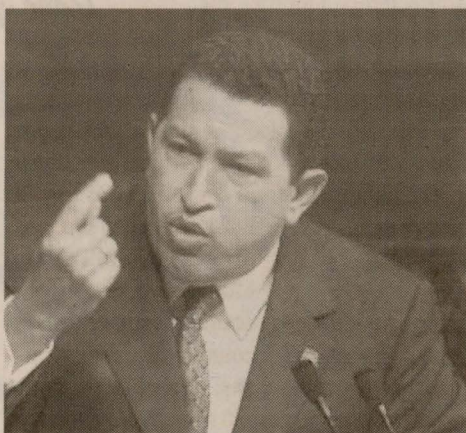
# Ameaça de golpe na Venezuela

*Partido Comunista da Venezuela denunciou "a iminência de ações reacionárias"*

O terceiro golpe contra a constituição e a democracia está em marcha na Venezuela. Os sinais de alerta já se acenderam". Nestes termos se pronunciou, dia 25, o vice-presidente do país, José Vicente Rangel. O "terceiro golpe" é alusão às duas outras tentativas desde a posse do presidente Hugo Chávez. Na primeira, em 11 de abril de 2002, Chávez chegou a ser afastado por algumas horas de seu posto no Palácio de Miraflores. A segunda deu-se quando a oposição paralisou o país, entre 2 de dezembro de 2002 e fevereiro de 2003, com um intenso locaute (greve patronal) e com a sabotagem das instalações da PDVSA, a companhia petrolífera local.

Desde agosto do ano passado — quando transcorreu metade do mandato de Chávez — a democrática Constituição Bolivariana prevê que pode ser apresentado, por iniciativa popular, abaixo-assinado solicitando um "referendo revogatório" do mandato presidencial. Assim, em novembro a oposição colheu, numa "megafraude", as assinaturas para a convocação do referendo.

Para validar a convocação do referendo, seria necessária a adesão de 2,4 milhões de eleitores. No entanto, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) decidiu submeter à revisão cerca de 148 mil planilhas de dez assinaturas cada — em tese 1,48 milhões dos 3,2 milhões de assinaturas que a oposição diz ter colhido —, onde se constatou caligrafia idêntica nos dez espaços — ou seja, foram feitas pela mesma pessoa. Outros 12% das demais planilhas entregues — mais 150 mil assinaturas



Chávez já resistiu a duas tentativas de golpes

aproximadamente — deverão ser anuladas, pois seu conteúdo não coincide com os dados do Registro Eleitoral Permanente.

Sectores mais extremistas da oposição chegaram a defender um golpe de Estado e a intervenção estrangeira. Nos próximos dias, quando o CNE der o veredicto final, não será surpresa se uma nova e violenta ofensiva golpista for posta em curso.

Cada vez mais parece improvável retirar Chávez do poder por meios constitucionais. Segundo pesquisa de opinião divulgada em fevereiro, pelo Instituto Indaga, 51% dos venezuelanos ratificariam o mandato de Chávez em um referendo revogatório.

## Ingerência direta do imperialismo norte-americano

Os Estados Unidos não vacilaram em utilizar os mais sórdidos e tradicionais méto-

dos de seu "manual para golpes de Estado na América Latina", muitas vezes utilizados no continente, como há 50 anos na derrubada de Jacobo Arbenz, na Guatemala, ou no Chile, de Allende, há três décadas.

Peter Dshazo, funcionário do Departamento de Estado norte-americano, admitiu que seu governo financiou a oposição venezuelana, através de recursos repassados para a National Endowment for Democracy (NED), que financiaram dentre outros, a CNTV — a "central sindical" golpista — e a "Súmate", responsável pela coleta das assinaturas em novembro. Segundo o funcionário, foram cerca de 800 mil dólares.

Um rio de dólares e armamentos são enviados à oposição golpista. Em outubro e dezembro foram apreendidas munições de fuzis. Em dezembro, foi apreendida, no Aeroporto de Caracas, uma mala com US\$ 2,5 milhões destinado a oposição. O Grupo Cisneros — um dos maiores grupos de mídia da América Latina e ativo opositor de Chávez — foi pego numa nebulosa operação de contrabando de divisas, visando fornecer cerca de US\$ 18 milhões à chamada Coordenação Democrática. No início de fevereiro, autoridades venezuelanas apreenderam um container no Porto de Maracaibo com 60 mil cartuchos de fuzil AK-47 envoltos em "sabão em pó" e procedente de uma firma fantasma de Miami.

Os governistas denunciaram uma operação onde o embaixador norte-americano, Charles Chapecó, aparece dando ordens ao comandante da Polícia Metropolitana —

subordinada ao prefeito Alfredo Peña, da oposição, em seu centro de operações, para que fosse reprimida uma passeata no bairro de Puente Llaguno, em Caracas.

## Povo venezuelano na ofensiva

Além dos amplos programas sociais, nas áreas de alfabetização, saúde preventiva, abastecimento de alimentos etc, o governo bolivariano põe em marcha um vigoroso plano de obras públicas de grande envergadura, como a linha 4 do metrô de Caracas, o metrô de Valencia, a Ferrovia do Vale del Tuy, a Ponte sobre o Lago Maracaibo, o Trolebus de Mérida, dentre outras.

No plano político, Chávez declarou que "o governo Bush apoiou o golpe de Estado venezuelano e tem responsabilidade a respeito, devendo responder ao mundo pelo sangue que correu na Venezuela nos dias 11,12 e 13 de abril de 2002".

No dia 29, uma imensa marcha bolivariana estava marcada para Caracas, para protestar contra a ameaça golpista. Quase ao mesmo tempo ocorre em Caracas a reunião do G-15, formado em 1989, e cujo objetivo é o de facilitar a cooperação entre 19 países em desenvolvimento localizados no Hemisfério Sul.

No dia 24, o Partido Comunista da Venezuela denunciou "a iminência de ações reacionárias" e pediu "demonstrações de solidariedade internacional com a revolução bolivariana, contra as ingerências imperialistas". (RC)

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



## CARNAVAL 2004

O primeiro carnaval oficial de rua no Brasil ocorreu há 120 anos, em Salvador, Bahia. Imitava o carnaval de Veneza. Desde então essa festa pagã foi adotando o jeitinho brasileiro e regional, e passou a ser objeto de desejo de turistas do país e do exterior. As escolas caracterizam o carnaval carioca; o trio elétrico, o baiano; o frevo e o maracatu, o pernambucano... , e as ruas continuam sendo invadidas pelos foliões, embora São Paulo e Rio tenham deslocado os desfiles para os sambódromos, nos quais foram vencedoras, no Rio, a Beija-Flor (bicampeã), que cantou a Amazônia com "Manôa - Manaus" - Amazonas: Terra Santa Alimenta o Corpo...Equilibra a Alma...E Transmite a Paz..."; em São Paulo, após mais de duas décadas sem título, ganhou a Mocidade Alegre, que comemorou os 450 anos da cidade com o enredo "Do Além-Mar à Terra da Garoa, Salve esta Gente Boa", mostrando a contribuição dos imigrantes para a formação do povo paulistano.

O carnaval veio para o Brasil com os portugueses, com violentas simulações de batalhas, usando uma mistura de ovos crus, milho, feijão, areia, água e cartuchos de pó soprados por meio de tubos. Tanto que foi proibido pelo governo colonial. Proibiu, mas foi desobedecido. Foram eles também que trouxeram as fantasias — pierrôs, arlequins, colombinas, príncipes, turcos, piratas, chineses e guerreiros, que passaram a desfilar pelas ruas.

Em 1852, um português aqui radicado, José Pereira, saiu à rua tocando um tambor.

A idéia pegou. Para marcar compasso, qualquer coisa barulhenta, como panelas, latas, tamancos serviam na banda do Zé Pereira.

Hoje, há ainda um espírito de proibição, e de rebeldia, no

carnaval. A alta hierarquia católica manteve a tradição de enfrentar a ciência e as opções de divertimento popular neste Carnaval, e investiu contra a campanha governamental que pede o uso de camisinha nas relações sexuais para prevenir doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez indesejável. Dom Rafael Llano Cifuentes, bispo auxiliar do Rio e presidente da Comissão para a Vida e a Família, no Conselho Episcopal de Pastoral (Consep), considerou a campanha do governo pela camisinha um incentivo à permissividade sexual. "A relação sexual deve ser natural e não pode ser desassociada da procriação", diz o religioso que, apesar de ter feito voto de castidade, é autor de vários livros sobre sexo e amor. Ele cita como exemplo a ser seguido o autoproclamado "presidente da guerra", George W. Bush: "Em vez de gastar dinheiro com a distribuição de 10 milhões de camisinhas, o governo deveria imitar os Estados Unidos, que estão investindo US\$ 270 milhões no combate à Aids, com ênfase na abstinência e na fidelidade conjugal".

O poder e influência das autoridades



Ritmista da Beija-Flor



Cartaz do Mudança avisa que ninguém será poupado

## Alegria e protesto

*Há 152 anos o português Zé Pereira saiu pelas ruas do Rio de Janeiro fazendo a multidão dançar com seu tambor — desde então o carnaval é festa e também enfrentamento com os poderosos*

CARLOS POMPE\*

eclesiásticas foram usados para censurar enredos e desfiles de escolas de samba — o que é um assunto civil, secular, fora do alcance das determinações religiosas. No Rio, o cardeal d. Eusébio Scheid mandou a União de

Juristas Católicos entrar com ação contra alegorias, fantasias e esculturas da Acadêmicos do Grande Rio, que teriam "uma ou outra cena indecorosa e inaceitável". O enredo da escola foi "Vamos Vestir a Camisinha, meu Amor", e escola desfilou com alegorias e um dos carros

alegóricos cobertos por bizarros plásticos pretos e faixas que diziam "censurado". Devido às pressões dos religiosos, o carnavalesco Joãozinho Trinta foi demitido.

Na capital paulista, a Barroca Zona Sul, da Água Funda, apresentou o enredo "450 Anos de Fé — Um Encontro com Deus no Coração do Brasil". Mesmo assim, a Cúria Metropolitana proibiu alegorias e carros que levariam imagens consideradas sacras pelo clero.

Em Recife e Olinda, a festa é democrática; lá, onde ocorrem duas das maiores festas carnavalescas do Brasil, basta o folião vestir a fantasia e seguir a multidão. Recife realizou o Carnaval Multicultural com base na diversidade de ritmos e na quantidade de pólos de animação que a cidade preparou para os foliões. São orquestras de frevo, maracatus, caboclinhos, ciranda, coco, manguêbeat, samba e até mesmo reggae e rock, espalha-

dos pelo centro e nos bairros da cidade. Este ano, homenagearam os centenários de dois grandes compositores de frevo, Lourenço da Fonseca Barbosa, o Capiba, e Edgar Moraes.

Em Olinda, o carnaval de rua atraiu mais de 800 mil pessoas por dia, tendo como tema os 350 anos da expulsão dos holandeses do Brasil. A cidade foi decorada com painéis do paisagista Eckhout, retratando a fauna e flora locais. Desde 2001, quando foi proibida a execução de som eletrônico no Sítio Histórico, Olinda dá ênfase ao resgate desses valores culturais. Além disso, mais de 340 agremiações desfilaram pelas ladeiras da cidade, inclusive os tradicionais bonecos gigantes dão ritmo ao evento.

Na Bahia, o Bloco Mudança do Garcia, reduto dos partidos de esquerda e opositores ao PFL baiano, desfilou com sátiras às mazelas do Brasil. "Lula não pise na bola que a Mudança te esfola (cadê os empregos?)", cobrava uma das faixas. "Fome zero, bandidismo zero, doença zero, violência zero, buracos nas estradas zero e orçamento zero", ironizava outro cartaz. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) não deixou de levar sua "porradinha", como disse

um dos foliões. "Na Bahia grampo telefônico não é crime, ACM provou isso", lembrava a frase o escândalo dos grampos telefônicos ocorrido no ano passado na Bahia.

"Bahia Livre, Fome Zero, Alegria a Mil" foi o tema do bloco Pré-Datado 2004, do Sindicato dos Bancários da Bahia, que desfilou dias 20 e 21. O pré-candidato da frente popular a prefeito de Salvador, Nelson Pelegrino (PT), desfilou ao lado de diversas lideranças políticas e sindicais. A vontade de ver a Bahia livre do autoritarismo da oligarquia pefelista também mobilizou os foliões do bloco.

O anfitrião, presidente do Sindicato dos Bancários, Euclides Fagundes, recebeu como convidados os deputados do PCdoB Daniel Almeida (federal) e Álvaro Gomes (estadual), o presidente da CUT Bahia, Everaldo Augusto e diversas lideranças sindicais. A CUT Bahia também participou do Carnaval: diversos diretores desfilaram no bloco e duas faixas divulgaram a campanha por Emprego Já. Bonecos gigantes, pernas-de-pau, uma pomba gigante da paz, duas casas representando o trabalhador rural que luta pela reforma agrária com crédito e uma escola, com um estudante lutando por educação pública foram as atrações da noite de sexta.

Em Belém, as mulheres brilharam no carnaval, e a União Mulheres de Belém e a União Brasileira de Mulheres do Pará, com apoio do Conselho Municipal da Condição Feminina, criaram um bloco de carnaval que desfilou com cerca de 300 brincantes na Aldeia Cabana, dia 24. As duas marchinhas que animaram o desfile, de Heliana Barriga, homenagearam a maestrina Chiquinha Gonzaga, autora de "O Abre Alas", um dos hinos do Carnaval brasileiro. O bloco, que não foi exclusivo para mulheres, comemorou os 71 anos do voto feminino, instituído justamente no dia 24 de fevereiro de 1933.

A comissão de frente foi composta por mulheres grávidas, em homenagem à atriz Leila Diniz que, nos anos 60, ostentou orgulhosamente a barriga nas praias cariocas. Foram homenageadas também a bióloga e líder feminista Berta Lutz, que ajudou na instituição do direito de voto às mulheres, a médica e deputada federal por São Paulo em 1933, Carlota Pereira de Queiroz, a advogada, feminista, negra e líder sindical Almerlinda Farias Gama, única mulher a votar como delegada na Assembléia Constituinte de 1933 e a escritora e jornalista paraense, Eneida de Moraes, idealizadora do "Baile do Pierrô", com fantasias do trio amoroso: Pierrô, Arlequim e Colombina.

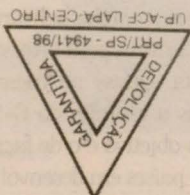
\*com sucursais e Kardé Mourão, de Salvador



Grande Rio censurada pelo bispo



Muita animação nas ruas de Olinda



CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

ALAMEDA SARUTAIÁ, 185 - JARDIM PAULISTA, SÃO PAULO - SP  
CEP 01403-010 - SÃO PAULO - SP  
TEL.: (11) 3054 1800

EMPRESA JORNALÍSTICA FUNDADA EM 1925  
PROJETADOS DE TODOS OS PAÍSES UNIDOS



IMPRESSO